

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

HARIFE NASCIMENTO VIÉGAS

NOVO MARABAIXO:
Proposta de qualificação urbana para a ocupação Marabaixo IV

Macapá

2017

HARIFE NASCIMENTO VIÉGAS

NOVO MARABAIXO:

Proposta de qualificação urbana para a ocupação Marabaixo IV

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em arquitetura e urbanismo. Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Medeiros.

Macapá

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

720

V656n Viégas, Harife Nascimento.

Novo marabaixo: proposta de qualificação urbana para a ocupação Marabaixo IV / Harife Nascimento Viégas; orientador, José Marcelo Medeiros. – Macapá, 2017.

66 p.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Arquitetura.

1. Urbanização – Amapá. 2. Conjunto habitacional. 3. Ocupação. I. Medeiros, José Marcelo, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

HARIFE NASCIMENTO VIÉGAS

NOVO MARABAIXO:

Proposta de qualificação urbana para a ocupação Marabaixo IV

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em arquitetura e urbanismo.

Macapá, 21 de fevereiro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Marcelo Medeiros

Orientador

Prof.^a. Dr.a. Melissa Kikumi Matsunaga

Convidado 1

Prof.^a. Ma. Dinah Reiko Tutyia

Convidado 2

Se há algum poder no desenho, é o poder da síntese. Quanto mais complexo é um problema, maior a necessidade de simplicidade.

Alejandro Aravena

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, por seu amor incondicional, com sua infinita força e determinação, que jamais me faltou nos momentos de maior dificuldade. Jamais teria chegado aqui sem ela;

As minhas irmãs Prsni e Greice e meus queridos sobrinhos;

Aos meus demais familiares, em especial meus avós, José, Santana e Flávio que perdi durante esta jornada, e a minha querida avó Vilma;

Aos meus amigos de vida e colegas de curso que fiz;

Aos professores que de alguma forma colaboraram para minha formação profissional e pessoal;

Aos moradores do Marabaixo IV para o qual todo este trabalho foi construído.

RESUMO

A urbanização nos países que constituíam o antigo terceiro mundo, ocorreu, e continua ocorrendo de forma acelerada, por outro lado os estados nacionais terceiro-mundistas ainda não desenvolveram políticas habitacionais em escala e com estratégias que consigam acompanhar este fenômeno, que nestes países dar-se em grande parte na forma de assentamentos precários e moradias com alto grau de insalubridade. Deste modo o papel do arquiteto-urbanista torna-se de grande responsabilidade para mudar o panorama urbano-habitacional do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento, pois este pode propor soluções e estratégias, adequadas a cada região para solucionar um problema global com suas particularidades locais.

Palavras chave: Qualificação urbana, ocupação, Macapá, Marabaixo.

ABSTRACT

The urbanization in the countries that constituted the third world, occurred, and continues to occur in an accelerated way, on the other hand the third-world national states still have no housing policies in scale and with the strategies that can accompany this phenomenon, that in these countries is given, in big part, as precarious settlements and housing with a high degree of unhealthiness, this way the role of the architect-urbanist becomes a great responsibility to change the urban-housing panorama of the underdeveloped or developing world, so the architect-urbanist can propose solutions and strategies, suitable to each region to solve a global problem.

Key words: Urban Qualification, Occupancy, Macapá, Marabaixo.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01 - Favelas em Mumbai, Índia | 17 |
| Figura 02 - Favelas em Freetown, Serra Leoa | 17 |
| Figura 03 - Reconstituição da Cidade de Çatalhöyük, Turquia | 18 |
| Figura 04 - Favela de Heliópolis, São Paulo - SP | 18 |
| Figura 05 - Paraisópolis e Morumbi, São Paulo - SP | 19 |
| Figura 06 – Favela em Salvador - BA | 19 |
| Figura 07 - Vila Kennedy, Rio de Janeiro – RJ | 22 |
| Figura 08 - Conjunto Dale Coutinho, Santos – SP | 23 |
| Figura 09 - Reurbanização da Favela Nova Jaguaré, São Paulo – SP | 25 |
| Figura 10 - Residencial Alexandre Mackenzie, São Paulo – SP | 25 |
| Figura 11 - Projeto Villa Verde após sua conclusão em 2010 – Chile | 27 |
| Figura 12 - Projeto Villa Verde após sua conclusão em 2010 – Chile | 27 |
| Figura 13 - Projeto Monterrey em 2012 – México | 28 |
| Figura 14 - Projeto Monterrey em 2012 – México | 28 |
| Figura 15 - Projeto de requalificação urbana de Khayelitsha – África do Sul | 29 |
| Figura 16 - Equipamentos esportivos Projeto Khayelitsha – África do Sul | 29 |
| Figura 17 - Imagens aéreas da comunidade Cantinho do Céu | 30 |
| Figura 18 - Imagens do Projeto de Urbanização Cantinho do Céu | 30 |
| Figura 19 - Projeto de urbanização do Complexo Cantinho do Céu | 31 |
| Figura 20 - Planta de implantação do Complexo Cantinho do Céu | 31 |
| Figura 21 - Teleférico do complexo do Alemão | 32 |
| Figura 22 - Habitação multi-familiar do complexo do Alemão | 32 |

| | |
|--|----|
| Figura 23 - Projeto Habitacional Vila da Barca | 33 |
| Figura 24 - Projeto Habitacional Vila da Barca | 33 |
| Figura 25 - Igarapé do 40 - Programa PROSAMIM | 34 |
| Figura 26 - Programa PROSAMIM | 34 |
| Figura 27 - Masterplan Cidade do Povo | 35 |
| Figura 28 - Projeto Habitacional Mucajá | 36 |
| Figura 29 - Projeto Habitacional Macapaba | 37 |
| Figura 30 - Projeto Habitacional Macapaba | 37 |
| Figura 31 - Vista aérea do Conjunto Mestre Oscar | 38 |
| Figura 32 - Vista aérea do Conjunto Mestre Oscar | 38 |
| Figura 33 - Área escolhida para intervenção destacada em preto | 39 |
| Figura 34 - Área escolhida para intervenção destacada em vermelho | 39 |
| Figura 35 - Área de ocupação em 2010..... | 40 |
| Figura 36 - Área de ocupação em 2014..... | 40 |
| Figura 37 - Área de ocupação em 2014..... | 41 |
| Figura 38 - Mapa atual da ocupação | 41 |
| Figura 39 - Área ocupada circulada em laranja..... | 42 |
| Figura 40 - Quadro de usos e atividades permitidas na região | 43 |
| Figura 41 - Vista aérea da ressaca Lagoa dos índios | 44 |
| Figura 42 - Mapa de hierarquia viária | 46 |
| Figura 43 - Mapa das rotas das linhas de ônibus | 47 |
| Figura 44 – Entrevista com os moradores | 51 |
| Figura 45 – Situação de uma das vias principais..... | 52 |
| Figura 46 – Situação de uma passagem..... | 52 |

| | |
|---|----|
| Figura 47 – Via principal “Av. Jardim América” | 52 |
| Figura 48 – Mapa da ocupação atualmente | 52 |
| Figura 49 – Rua da “Piçarreira” | 52 |
| Figura 50 – Entrada da ocupação | 52 |
| Figura 51 – Final da Via Principal | 52 |
| Figura 52 – Mapa da área ocupada e a ser desapropriada | 55 |
| Figura 53 – Mapa das edificações | 55 |
| Figura 54 – Tecido urbano existente e proposto | 56 |
| Figura 55 - Mapa de vias | 56 |
| Figura 56 – Setorização geral | 56 |
| Figura 57 - Mapa da linha de ônibus proposta | 57 |
| Figura 58 – Croqui da tipologia unifamiliar | 59 |
| Figura 59 – Planta Baixa da tipologia unifamiliar..... | 59 |
| Figura 60 – Croqui da tipologia multi-familiar | 59 |
| Figura 61 – Esquema da proposta multi-familiar | 59 |
| Figura 62 – Planta baixa da tipologia multi-familiar..... | 60 |
| Figura 63 – Imagem da proposta de habitação unifamiliar | 60 |
| Figura 64 – Imagem da proposta de habitação unifamiliar | 60 |
| Figura 65 – Imagem da proposta de habitação unifamiliar | 61 |
| Figura 66 – Imagem da proposta de habitação multi-familiar | 61 |
| Figura 67 – Imagem da proposta de habitação multi-familiar | 61 |
| Figura 68 – Imagem da implantação geral da proposta..... | 61 |
| Figura 69 – Imagem da implantação geral da proposta..... | 61 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 01 – Sexo dos entrevistados | 48 |
| Gráfico 02 – Estado civil dos entrevistados | 48 |
| Gráfico 03 – Grupos étnicos autodeclarados | 48 |
| Gráfico 04 – Naturalidade dos entrevistados..... | 48 |
| Gráfico 05 – Residências com crianças em idade escolar..... | 49 |
| Gráfico 06 – Residência com beneficiários de programa social..... | 49 |
| Gráfico 07 – Situação da moradia dos entrevistados..... | 49 |
| Gráfico 08 – Meio de transporte mais usado para locomoção | 49 |
| Gráfico 09 – Principal problema enfrentado pela comunidade..... | 49 |
| Gráfico 10 – Necessidade mais urgente apontada pelos moradores..... | 49 |
| Gráfico 11 – Principal carência de serviço comercial pontada | 50 |
| Gráfico 12 – Escolaridade da população entrevistada | 50 |
| Gráfico 13 – Região da cidade em que trabalha ou estuda..... | 50 |
| Gráfico 14 – Tempo de deslocamento para o trabalho ou estudo..... | 50 |
| Gráfico 15 – Renda familiar..... | 50 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

| | |
|----------|---|
| BASA | Banco da Amazônia |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CadÚnico | Cadastro Único do Governo Federal |
| CEA | Companhia de Eletricidade do Amapá |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| COHAB | Companhia de Habitação Popular |
| COPROMO | Cooperativa de Habitação Popular |
| FCP | Fundação da Casa Popular |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| MCMV | Programa Minha Casa Minha Vida |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Plano de Aceleração do Crescimento |
| PAIH | Plano de Ação Imediata para a Habitação |
| POUSO | Posto de Orientação Urbanística e Social |
| PNH | Plano Nacional de Habitação |
| PROAMAPÁ | Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá |
| PROSAMIN | Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus |
| SETAP | Sindicato das Empresas de Transporte do Amapá |
| VPUU | Violence Prevention through Urban Upgrading |
| ZEEU | Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 15 |
| Capítulo 1 – Análise do Tema | 16 |
| 1.1. Os assentamentos precários | 16 |
| 1.2. A urbanização brasileira | 19 |
| 1.3. Políticas Habitacionais no Brasil | 20 |
| 1.4. Urbanização de Favelas | 24 |
| Capítulo 2 – Referencial Analítico | 27 |
| 2.1 Experiências Internacionais | 27 |
| 2.1.1 Villa Verde – Chile | 27 |
| 2.1.2 Monterrey – México | 28 |
| 2.1.3 Khayelitsha – África do Sul | 29 |
| 2.2 Experiências Nacionais | 30 |
| 2.2.1 Cantinho do Céu - São Paulo/SP | 30 |
| 2.2.2 Complexo do Alemão – Rio de Janeiro/RJ | 32 |
| 2.3 Experiências Regionais | 33 |
| 2.3.1 Vila da Barca - Belém/PA | 33 |
| 2.3.2 Prosamin - Manaus/AM | 34 |
| 2.3.3 Cidade do Povo - Acre/AC | 34 |
| 2.4 Experiências Locais | 36 |
| 2.4.1 Conjunto Vila Muçajá – Macapá/AP | 36 |
| 2.4.2 Cidade Macapaba – Macapá/AP | 37 |
| 2.4.3 Conjunto Mestre Oscar – Macapá/AP | 38 |
| Capítulo 3 – Estudo de caso e diagnóstico | 39 |
| 3.1 Localização e delimitação da área | 39 |
| 3.2 Histórico da região e da área de ocupação | 40 |
| 3.3 Ocupação do uso e do solo na região | 42 |
| 3.3.1 Legislação Municipal | 42 |
| 3.3.2 Legislação Estadual | 43 |
| 3.3.3 Legislação Federal | 45 |
| 3.4 Sistema viário e circulação | 46 |
| 3.5 Sistema de transporte público | 47 |

| | |
|---|-----------|
| 3.6 Dados Socioeconômicos | 48 |
| 3.7 Análise Fotográfica..... | 51 |
| Capítulo 4 – A proposta | 53 |
| 4.1. Por que urbanizar..... | 53 |
| 4.2. Como urbanizar | 54 |
| 4.3. Da proposta urbana..... | 55 |
| 4.4. Das propostas de habitação popular | 57 |
| 4.4.1 Proposta de habitação unifamiliar | 57 |
| 4.4.2 Proposta de habitação multi-familiar..... | 58 |
| 4.5. Maquete eletrônica | 59 |
| Considerações finais | 60 |
| Referencial Bibliográfico | 61 |
| Apêndice | 64 |

INTRODUÇÃO

O fenômeno da urbanização, a partir de meados do século XX se intensifica nos países, hoje chamados de emergentes ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e trouxe consigo um outro fenômeno comum a estas nações, a favelização, tornando a favela um espaço comumente marginalizado, resultado de um processo de urbanização da cidade capitalista, excludente e desigual, marcada pela ausência de políticas públicas habitacionais por parte do estado e pela mão invisível do mercado imobiliário que transformou o direito à moradia, e a cidade, em uma mercadoria, um produto, que divide os cidadãos entre os que tem acesso e os que não tem.

Como resultado de um modo de produção global, o fenômeno da urbanização e seu subproduto, a favelização, apresenta várias ramificações, de acordo com cada região, portanto o estado do Amapá e sua capital Macapá, não estão isentos deste processo, logo estudar as peculiaridades locais torna-se de vital importância para compreender o problema, assim como, a busca por soluções também deve ser em escala mundial, portanto é com esta finalidade que este trabalho é construído, focando em um assentamento precário chamado de Marabaixo IV, na zona oeste de Macapá, onde até o presente momento não houve quaisquer estudos seja por parte do poder público ou da academia.

Este trabalho em seu primeiro capítulo trata da análise do tema, buscando-se compreender como os vários fenômenos que envolvem a questão da urbanização na forma de favelas e acerca da habitação no Brasil. O segundo capítulo é reservado aos correlatos, analisados em quatro escalas, a primeira internacional, em países da América Latina e África, a segunda em experiências de visibilidade nacional, a terceira as experiências regionais e a quarta a análise dos projetos locais, até o momento já desenvolvidos no Amapá. O terceiro capítulo é destinado ao histórico da área, legislação pertinente e os dados urbanos e sócio econômicos da população local, obtidos através de pesquisa de campo. O quarto e último capítulo é destinado à explanação das propostas e soluções finais adotadas para qualificar urbanisticamente a ocupação e proporcionar melhoria da qualidade de vida a seus moradores.

CAPITULO I - ANÁLISE DO TEMA

1.1 OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Definir o que é favela, assentamento precário ou similares, não é uma tarefa simples, pois tanto a nomenclatura, como os conceitos e o número de habitações necessárias para classificar esta forma de ocupação, variam de acordo com o lugar e a esfera de poder. Da perspectiva do senso comum, a palavra favela é carregada de estereótipos, tal como um espaço associado a violência, destituído de infraestrutura urbana como água, luz, esgoto, coleta de lixo, com arruamento irregular, com moradias precárias entre outros, favela seria a materialização do caos, recaindo inclusive sobre seus moradores, “os favelados”, grande carga de preconceitos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, define estas formas de ocupação como sendo “O conjunto constituído por 51 (cinquenta e um) ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma destas características: irregularidade do traçado das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou, carência de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, redes de água e esgoto, energia elétrica e iluminação pública”, e estes são nomeados como “aglomerado subnormal” (IBGE, 2010), nomenclatura, bem como conceito utilizado por muitas prefeituras.

A Organização das Nações Unidas – ONU, define estes assentamentos pela palavra “slum”, que seria a junção de diversas moradias em assentamentos informais, sendo esta a definição mais recomendada pela referida organização, combinando uma série de características tais como; acesso inadequado a água potável, acesso inapropriado ao saneamento básico, baixa qualidade estrutural dos domicílios, alta densidade populacional por domicílio, status de insegurança residencial e ausência de títulos de propriedade (UN-HABITAT, 2003).

O observatório de Favelas (2009) os entende como sendo parte do tecido urbano, logo, parte integrante deste, e um modelo de ocupação que foge ao padrão hegemônico referenciados pelo estado, pelo mercado e pelas teorias urbanísticas como sendo o modelo civilizatório ideal, favelas (ou assentamentos precários) seriam então um território constituinte da cidade, caracterizada entre outros fatores. Pela insuficiência de investimentos públicos e privados, forte estigmatização social, apropriação do território para fins de moradia, alta densidade de ocupação, alto grau de vulnerabilidade social e ambiental, entre outros. Portanto as nomenclaturas destas formas de ocupação variam, contudo, os conceitos ligados a ausência de titularidade e precariedade de infraestrutura urbana e domiciliar são semelhantes.

O início do século XXI está sendo marcado por um fato inédito na história humana em escala mundial, pela primeira vez desde o surgimento das primeiras civilizações, a população urbana está superando a população rural, de certo modo, dado que os levantamentos censitários nos países subdesenvolvidos são precários, é possível que esta transição já tenha ocorrido, este fato em si já representa um divisor de águas, tal como o surgimento da escrita e a revolução industrial (DAVIS, 2006).



Figura 1: Favelas em Mumbai – Índia
Fonte: www.problemhub.org

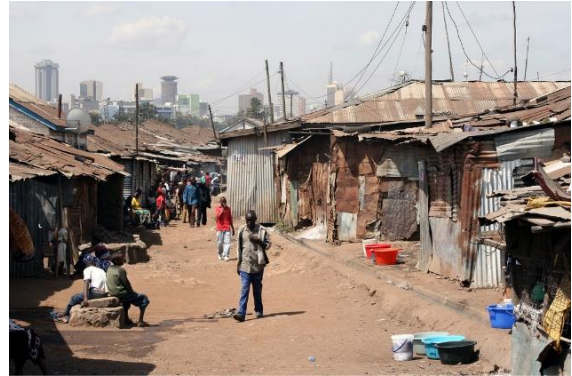


Figura 02: Favelas em Freetown – Serra Leoa
Fonte: www.makonitimes.com

O crescimento das cidades terceiro-mundistas a partir de meados do século vinte foi vertiginoso, em 1950 havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes, hoje já são pelo menos 550¹ a grande maioria concentradas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como China, Índia, Nigéria e Brasil.

Entretanto ao contrário do processo de urbanização primeiro-mundista que foi acompanhado e decorrente de um forte processo de industrialização, esta urbanização terceiro-mundista, dar-se na maioria dos lugares desconectada da industrialização e até mesmo do desenvolvimento (Davis, 2006), o que faz com que esta seja uma urbanização predominantemente em forma de favelas ou loteamentos irregulares, evidenciando, e incluso, agravando problemas sociais históricos destas sociedades.

¹ UN Department of economic and social affairs, population divisors, wold urbanization prospets (Revisão de 2001, Nova York 2002).

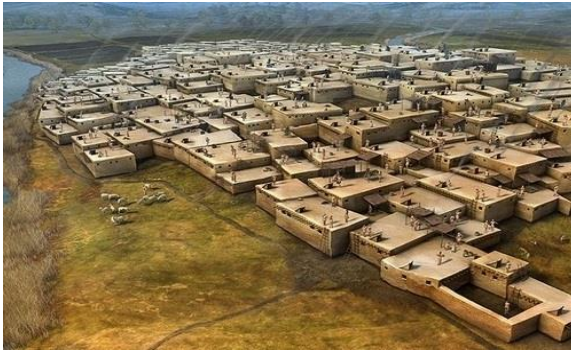


Figura 03: Reconstituição da Cidade de Çatalhöyük – Atual Turquia. 7.500 a.C.
Fonte: www.coolinterestingstuff.com



Figura 04: Favela de Heliópolis – São Paulo. 2008
Fonte: www.pinterest.com

Segundo (Kehl, 2010) olhar para as favelas é olhar para o que ele chama de um “fóssil urbano”, isto é, olhar para um tipo de ocupação que remonta aos primórdios das primeiras civilizações urbanas, uma vez que as primeiras ocupações humanas com seu traçado orgânico e irregular criado de maneira espontânea se assemelhavam com as atuais favelas do terceiro mundo, o que nos mostra que esta forma de ocupação humana sempre esteve presente ao longo da história.

Entretanto hoje evidencia uma forte disparidade de renda, e de investimentos em saneamento, educação, saúde, entre outros nas cidades atuais, refletindo diretamente na qualidade de vida da população local, gerando uma divisão entre camadas da população com acesso a cidade e seus serviços, porém tendo uma parte significativa de sua população a margem desta, e vivendo em condições semelhantes aos das primeiras civilizações urbanas e pré-industriais.

Segundo (Davis, 2006) a taxa de população urbana vivendo em favelas em alguns países chega hoje a 99,4% da população como na Etiópia e no Chade, e a 98,55% no Afeganistão e 92% no Nepal, hoje em todo o mundo o número total de favelas gira em torno de 250 mil aglomerados, somente as cinco maiores cidades do sul da Ásia (Karachi, Mumbai, Délhi, Kolkata e Dacca) somam 15 mil comunidades faveladas, totalizando mais de 20 milhões de pessoas².

² UN Department of economic and social affairs, population divisors, wold urbanization prospets (Revisão de 2001, Nova York 2002).

1.2. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O processo de urbanização brasileiro se deu de maneira acentuada, principalmente na segunda metade do século XX, um processo que demorou mais de cem anos nos países desenvolvidos, no Brasil ocorreu em um quarto de século, porém este processo de urbanização não mudou o panorama da sociedade brasileira, marcada, sobretudo pela desigualdade e pela concentração de renda, uma das maiores do planeta (Oliveira,1984), a urbanização brasileira transferiu juntamente com as massas que se deslocaram, um quadro de desigualdade e concentração de renda que antes estava majoritariamente no campo, para a cidade.



Figura 05: Paraisópolis e Morumbi, São Paulo - SP

Fonte: www.tucavieira.com.br



Figura 06: Favela em Salvador – BA

Fonte: <http://atarde.uol.com.br>

O universo urbano não superou algumas características históricas como a concentração de terra, renda, poder, pelo exercício do coronelismo, da política do favorecimento de interesses particulares e pela aplicação arbitrária da lei. Após a abolição da escravatura e a proclamação da república, uma parte dos libertos desprovidos de capitais e de qualificação, partiram em direção as cidades em busca de oportunidades e quando chegaram, não encontraram nenhum tipo de política habitacional que os amparasse, resultando assim nos fins do século XIX e início do século XX na formação das primeiras favelas brasileiras.

O fenômeno do surgimento dos assentamentos precários foi potencializado pela política de higienização social, promovida tanto pelo estado quanto pelo mercado imobiliário desde o começo do século XX, fenômeno este que se mantém ainda muito forte na realidade urbana brasileira (Maricato, 2008), onde as intervenções do estado e do mercado imobiliário expulsam a população mais pobre das áreas centrais, ou mais valorizadas, empurrando-a cada vez mais para áreas periféricas, formando assim a dita cidade ilegal e fragmentada.

Em diversos outros países a modernidade ocorreu acompanhada de profundas mudanças sociais, principalmente nos países capitalistas centrais, entretanto no Brasil ocorreu uma chamada modernidade conservadora, onde a urbanização e a industrialização transferiram grandes massas populacionais do campo para a cidade, sem, no entanto, mudar a lógica de exclusão quanto ao acesso à terra, seja ela rural ou urbana (FERNANDES, 1976).

O acesso ao solo urbano e a moradia sempre foi um processo excludente e desigual no Brasil, e as consequências dessa exclusão tem sido materializada na forma dos mais diversos assentamentos precários, que marcam a paisagem de cidades brasileiras e dos países terceiro-mundistas em geral, de modo que, a paisagem de uma favela em São Paulo, não se diferencia significativamente de uma favela em Salvador, em Bogotá, ou mesmo na Cidade do México, materializando o processo de exclusão e da ausência de políticas públicas habitacionais em toda a América Latina.

O estado é um grande aliado do mercado na fragmentação da cidade, pois uma vez que é o mesmo quem determina a localização dos investimentos em infraestrutura, que posteriormente serão explorados pelo mercado como objeto de valorização, e resultando conseqüentemente na divisão das populações de maior poder aquisitivo em regiões nobres ou centrais, com melhor infraestrutura e maior variedade de equipamentos urbanos em detrimento de populações de menor, ou sem poder aquisitivo, em regiões periféricas ou ultra periféricas, com precariedade de infraestrutura e de equipamentos sociais.

1.3. POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

A questão habitacional no Brasil tem se mostrado uma das mais diretas consequências do tipo de planejamento urbano adotado pelo estado brasileiro, marcada pelo não planejamento, caracterizada principalmente pela exclusão das populações desprovidas de capital para adquirir a própria moradia (Pechman e Ribeiro, 1983). No Início do século XX o governo cria linhas de créditos para empresas que queiram investir em habitação, entretanto os empresários não obtinham lucro com habitações individuais, devido a grande diferença de preço entre estas e as moradias irregulares, por isso o empresariado passou a investir em loteamentos para as elites, enquanto que outros investiram em construção de habitações populares coletivas, como é o caso de cortiços, deste modo constituindo uma alternativa para que as populações urbanas pobres pudessem se fixar na cidade, principalmente próximo do centro comercial e das áreas industriais, onde estava localizada a maior parte dos empregos.

Já na década de 1930, no governo Vargas, estava claro que o mercado imobiliário e o grande capital por si só não iriam resolver o problema do déficit habitacional no Brasil, é então que o estado consciente de seu papel toma à frente dos projetos e das primeiras políticas populares de acesso a moradia, a principal marca da política habitacional do período após o primeiro governo Vargas foi a criação da Fundação da Casa Popular - FCP, que, apesar dos resultados modestos, foi o primeiro órgão nacional criado para prover moradias populares de qualidade para a população de baixa renda.

A FCP foi criada em 1946 para funcionar como uma resposta social a um contexto de fortes pressões dos trabalhadores e de crescimento do Partido Comunista, mesmo com alguns avanços a realidade da população mais pobre não muda de forma significativa nos anos seguintes, pois ao contrário da classe média que tem acesso a linhas de créditos para a habitação, para a população pobre sobrou as favelas e loteamentos ilegais nas periferias das grandes cidades, nos anos 1950 se intensifica o processo de urbanização e da industrialização brasileira no governo Kubitschek, onde ocorre o fortalecimento da FCP e verifica-se um crescimento no número de unidades habitacionais construídas em todo o país.

Segundo Andrade (1982) um problema que se verificou durante a terceira república (1945 – 1964) foi o da inconstância de recursos, má distribuição das verbas, outro problema dentro do contexto da habitação popular no Brasil neste período, e que se mantém, foi a relação clientelista, onde em muitos casos estas moradias eram usadas como relações autoritárias de trocas de favores eleitorais, característica marcante do período político em que o país vivia, embora esta prática mesmo nos dias atuais ainda não tenha desaparecido, o autoritarismo se fazia através da imposição aos beneficiários dos contratos de ordem e moral para o núcleo residencial, ou seja, caso os beneficiários descumprissem algumas das normas dos novos condomínios, teriam seus contratos reincididos.

Posteriormente com o golpe militar de 1964, a FCP foi extinta e em seu lugar foi criado Plano Nacional de Habitação – PNH, no que tange à concepção de política urbana do governo militar, o planejamento era a solução para o “caos” urbano e para controlar o crescimento das favelas e ocupações irregulares, que proliferavam-se então, a elaboração e a implementação de planos diretores, que, todavia, ignoravam as necessidades e problemas da cidade real, que incluísse a cidade informal, portanto, a política de habitação desse período centrou-se na produção de moradias e obras de infraestrutura na cidade legal “formal” como afirma (MARICATO, 2000).



Figura 07: Vila Kennedy – Rio de Janeiro – RJ.
1965.
Fonte:<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br>

Durante o regime militar houve grande perseguição aos movimentos sociais, logo os movimentos populares que reivindicavam moradia e reforma urbana foram igualmente reprimidos pelo estado ditatorial, e foram forçados a lançarem-se na ilegalidade, nesta mesma época é criado o Banco Nacional de Habitação – BNH, e começam a construção dos complexos residências executados pelas Companhias de Habitação Popular dos Estados - COHABs, com um considerável financiamento para as moradias populares, entretanto nos anos seguintes em especial na década de 1970.

Após a primeira crise do petróleo e o arrocho salarial, em que as famílias passaram a viver em decorrência da perda de valor do salário mínimo, fizeram com que as COHABs perdessem o seu dinamismo e vissem sua inadimplência subir consideravelmente, a perda de dinamismo das COHABs ocasionou uma mudança de foco de sua política habitacional que passou a privilegiar novamente a classe média principalmente a partir do final da década de 1970.

Deste modo a única alternativa das populações mais pobres foi recorrer as ocupações irregulares novamente, em um momento de forte êxodo rural, a isso, somou-se a inflação crescente e a conseqüente perda do poder de compra do salário, situação que levou, na década de 1980, à queda da produção e da compra de lotes nas periferias e, concomitantemente, ao crescimento do número de favelas e ao aumento das já existentes (Lago e Ribeiro, 1996). Onde fica evidente a fragilidade das políticas habitacionais já implementadas, diante do quadro econômico e político ao qual estão inseridas, dependendo da vontade política e das condições econômicas para que sejam executadas.



Figura 08: Conjunto Dale Coutinho - Santos – SP.
1979

Fonte: www.novomilenio.inf.br

A década de 1980 marcada pela crise econômica, drástica redução nos investimentos sociais e conseqüentemente nas políticas de habitação popular, no cenário político foi o período de restauração da democracia e marcado pela retomada dos movimentos sociais, em meados da década de 1980 o BNH foi extinto, causando uma queda expressiva nos recursos destinados a programas habitacionais, em especial as COHABs e os financiamentos se destinaram quase que exclusivamente a classe média, porém é necessário destacar que esta época foi marcada pela promulgação da constituição de 1988 que retomou a participação popular, e previu a obrigatoriedade de planos diretores participativos, bem como estabeleceu a função social do lote urbano.

Na década de 1990 durante o governo Collor foi criado o Plano de Ação Imediata para a Habitação - PAIH, que propunha construir 254 mil unidades, porém este não cumpriu seus objetivos, no governo seguinte, de Itamar Franco, surgiram os Programas Habitar Brasil e Morar Município com o mesmo objetivo, o de financiar moradias de baixa renda, que deveriam ser construídos em esquema de mutirão.

Entretanto estes programas tinham uma burocracia excessiva, o que fez com que muitos municípios simplesmente não conseguissem acessar os recursos, algo recorrente em seus programas predecessores, de todo modo, estes planos foram importantes pois contribuíram para a formação dos primeiros conselhos e fundos para a habitação, nesta mesma época também ocorreu o primeiro Fórum Nacional de Habitação, resultado do ambiente favorável a participação popular, após os primeiros anos de redemocratização.

A partir do ano 2000 ocorrem avanços mais significativos, com a aprovação da Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que em linhas gerais, tem como objetivo fornecer suporte jurídico mais consistente às estratégias e processos de planejamento urbano Fernandes (2008), entretanto foi no governo Lula (2003 – 2011) que ocorreram as mais significativas ações quanto a política urbana e habitacional no Brasil, com a criação do Ministério das Cidades em 2003.

Posteriormente com a Lei 11.124/2005 se instituiu o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, possibilitando a formulação de vários planos participativos e instituindo instrumentos visando a reforma urbana, e em 2009 cria-se o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, parte do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, com meta de construir mais de um milhão de moradias, concedendo mais de 34 bilhões de Reais em subsídios as construtoras e aquecendo o mercado imobiliário, parte de uma política anticíclica com objetivo de minimizar os impactos da crise econômica de 2008 na economia brasileira.

O histórico das políticas nacionais para a habitação mostra como os principais programas nacionais trataram o tema ao longo dos anos, passaram a operar dentro de uma lógica eleitoral-mercadológica visando um significativo aumento quantitativo das unidades habitacionais, porém deixando de lado o caráter qualitativo, como vemos no mais recente programa imobiliário, o MCMV, que se instala preferencialmente em áreas ultra periféricas, onde o lote é mais barato, adotando partido arquitetônico e lógica de mercado, contribuindo para o processo de fragmentação da cidade, de expulsão das camadas populares para regiões cada vez mais distantes, longe de onde se concentra o emprego e não prevendo obras de mobilidade urbana e de equipamentos públicos que estejam em consonância com as reais necessidades da parcela da população contemplada pelo programa.

1.4. URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

A cidade “ilegal”, segregada e desprovida de investimentos públicos ou privados formou-se em decorrência da política urbana do não planejamento, por parte do estado, o ideal seria a retirada de toda esta população que se encontra muitas das vezes em áreas de risco ou em região de fragilidade ambiental, para um lugar seguro, planejado e saneado, entretanto, o fenômeno da favelização tomou tamanha magnitude que em algumas cidades brasileiras a remoção e construção de habitações para toda esta população seria economicamente inviável.

Após décadas de políticas habitacionais marcadas pela exclusão, pelas remoções forçadas e por higienização social que não resolveu o problema da moradia e da desigualdade, o estado brasileiro a partir principalmente da década de 1980 substituiu o discurso das remoções pelo da urbanização de favelas, uma vez que este é mais viável economicamente, implica em poucas ou nenhuma remoção e em um espaço de tempo muito menor, ou seja, urbanizar a favela, sem remover os seus moradores para novas moradias (MARICATO, 2003, p.25).



Figura 09: Reurbanização da Favela Nova Jaguaré, São Paulo – SP.

Fonte: Archdaily. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-182522>



Figura 10: Residencial Alexandre Mackenzie, São Paulo – SP.

Fonte: Archdaily. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-182522/>

Muitas são as alternativas para envolver a comunidade no processo de urbanização de favelas, uma delas é o esquema de autoconstrução e a posteriori a auto-gestão dos espaços públicos e de convívio social, outra grande justificativa para optar pela urbanização destas ocupações irregulares, é a de que grande parte dos moradores preferem permanecer onde estão, pelos mais variados motivos, dentre os quais podemos destacar:

A localização, oferta de trabalho, as redes de amigos e familiares já consolidados, afetividade, sentimento de pertencimento entre outros, contudo um dos fatores que possivelmente seja determinante para a permanência seja o investimento que os moradores fizeram nas suas residências ao longo dos anos, como afirma (Maricato, 2003) “Em grande parte das favelas, os moradores já investiram muito de seus recursos na construção da casa. O problema principal não é, portanto, a unidade habitacional, mas sim o ambiente urbanizado”. Portanto diante do desafio que as cidades brasileiras e os investimentos públicos impõem, a urbanização de favelas seria a melhor estratégia para garantir a entrada do estado e o acesso a cidade e seus serviços a amplas parcelas da população urbana brasileira.

É notório que este modo de urbanização espontânea em sua maioria não obedece o traçado urbano ortogonal e modernista classificado pelo estado, pelas escolas de urbanismo e pelo mercado como o modelo urbanístico ideal, e sim se utiliza do traçado orgânico e irregular criado pelos moradores, em geral, a intervenção neste tipo de ocupação concentra-se em alargar vias para entrada de ambulâncias, carros de coleta de lixo, gás engarrafado entre outros, de modo que a abertura de vias significa a entrada do estado, de serviços públicos e privados e a garantia do exercício da cidadania, após as obras de urbanização é frequente moradores passarem a investir na melhoria de fachadas e acabamentos, o sentimento de segurança, elevação da autoestima e a satisfação são notáveis (BUENO, 2000).

No município do Rio de Janeiro onde a experiência de urbanização de favelas e assentamentos precários, que se constituíram como uma das prioridades das sucessivas administrações municipais, sendo esta uma política com mais de vinte anos de existência, baseada em um trinômio inseparável: Urbanização, Regularização fundiária e Regularização urbanística, como descreve UrbFavelas (2014). Uma das grandes questões envolvendo a regularização fundiária e “entrada” da favela na chamada “cidade formal”, e uma vez que os moradores adquirem o título de propriedade sobre seu lote, este, bem como toda a favela, são inseridos não apenas na esfera pública, como também na esfera do mercado imobiliário.

Na experiência carioca do Programa Favela Bairro, baseado na ausência de estratégias ou instrumentos reguladores destes espaços já urbanizados, o programa não mostrou muita preocupação com os efeitos subsequentes como a gentrificação social e a especulação imobiliária nestes espaços inseridos na “cidade formal”, todavia a maior preocupação do referido programa, após a conclusão das fases de urbanização e regularização fundiária, foi a regularização urbana, ou o ordenamento urbano, a fim de evitar um fenômeno pouco abordado, a refavelização, de áreas já revitalizadas, para isso criaram os Postos de Orientação Urbanística e Social – POUOSOs, com o objetivo de “orientar a execução de novas construções ou ampliações das existentes, bem como o uso dos equipamentos públicos implantados” e de “exercer fiscalização urbanística e edilícia” (URBFAVELA, 2014).

CAPITULO II - REFENCIAL ANALÍTICO

2.1 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Através da análise de diferentes projetos, foi possível detectar problemas, bem como encontrar soluções já executadas e mostrando a viabilidade de projetos desta natureza, para este trabalho buscou-se experiências em quatro escalas, sendo as internacionais, todas em países em desenvolvimento, experiências nacionais morfologicamente relacionadas a área de implantação proposta por este trabalho, bem como experiências regionais e locais afim de encontrar problemáticas e soluções que possam nortear este trabalho.

2.1.1 Villa Verde – Chile

Ficha técnica

| | |
|-------------|--|
| Autoria | Escritório Elemental / Alejandro Aravena |
| Localização | Constitución – Chile |
| Área | Inicial: 56 m ² / Expansão: 85 m ² |
| Tipo | Habitação de Interesse social |

Fonte: Escritório Elemental **Disponível em:** <http://www.elementalchile.cl/en/>

O projeto Villa Verde foi concebido pelo escritório Elemental do ganhador do Prêmio Pritzker 2016, Alejandro Aravena, ao todo consiste de 484 unidades habitacionais duplex tendo uma área inicial construída de 56 m², entretanto partindo de um conceito inovador, uma vez que adota o princípio de um projeto participativo, onde a família beneficiada, recebe metade de uma habitação de classe média, entretanto com todos os setores essenciais tais como sala, cozinha, banheiro, área de serviço, que são normalmente os cômodos mais dispendiosos para a construção, além de dois quartos, com a possibilidade de mais dois ou três quartos serem adicionados ao projeto.



Figura 11: Projeto Villa Verde em fase de conclusão – Chile

Fonte: Archdaily.com Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/01-156685/>



Figura 12: Projeto Villa Verde após ocupação – Chile

Fonte: Archello.com Disponível em: <http://www.archello.com>

Este projeto propõe que se entregue meia residência, e de modo que os próprios moradores realizem as expansões futuras para uma área construída de até 85 m² de modo que a conclusão da residência seria feita pelas próprias famílias de acordo com suas necessidades, permitindo ampliações para diversos tipos de usos e funções, este projeto tem como objetivo proporcionar as famílias que sua residência acompanhe ou mesmo potencialize o crescimento da renda familiar, fenômeno que tem sido registrado no continente latino-americano nas últimas duas décadas, este projeto não engessa as famílias em espaços limitados e sem possibilidade de expansão de renda como os conjuntos tradicionais.

2.1.2 Monterrey – México

Ficha Técnica

| | |
|-------------|--|
| Autoria | Escritório Elemental / Alejandro Aravena |
| Localização | Santa Catarina – México |
| Área térreo | Inicial: 40 m ² / Expansão: 59 m ² |
| Área Duplex | Inicial: 40 m ² / Expansão: 76 m ² |
| Tipo | Habitação |

Fonte: Escritório Elemental **Disponível em:** <http://www.elementalchile.cl/en/>

A proposta consiste de um bairro de classe média em habitações constituídas em edifícios de três pisos, sendo o piso térreo destinado a habitações de interesse social e o segundo e terceiro piso constituído de apartamento duplex, porém todas as unidades habitacionais são passíveis de futuras ampliações por seus moradores, sendo a área construída inicial de 40 m² tanto para a habitação térrea como para o apartamento duplex, permitindo que os mesmos concluam em até 50% o restante da construção, chegando até 58 m² para a habitação térrea e 76 m² no apartamento duplex, a cobertura continua e a proposta de espaços cheios e vazios protege ao mesmo tempo das chuvas as zonas de ampliação, e garantem o partido definitivo da edificação.



Figura 13: Projeto Monterrey em 2012 – México

Fonte: Archdaily. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-30335/elemental-monterrey-elemental>



Figura 14: Projeto Monterrey em 2012 - México

Fonte: Archdaily. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-30335/elemental-monterrey-elemental>

2.1.3 Khayelitsha – África do Sul

Ficha técnica

| | |
|-------------|--------------------------------|
| Autoria | Governo da Cidade do Cabo |
| Localização | Cidade do Cabo – África do Sul |
| Área | Sem dados |
| Tipo | Urbanização |

Fonte: VPUU **Disponível em:** <http://vpuu.org.za>



Figura 15: Projeto de requalificação urbana de Khayelitsha – África do Sul

Fonte: Turnita Round em: <http://www.turnitaround.co.za>



Figura 16: Equipamentos esportivos Projeto Khayelitsha – África do Sul

Fonte: Africa center for cities em: www.africancentreforcities.net

O projeto de requalificação urbana Khayelitsha, de cunho holístico, localizado na Cidade do Cabo na África do Sul tem como estratégia o combate à violência por meio da qualificação urbana, através do programa VPUU - Violence Prevention through Urban Upgrading (Prevenção da Violência por meio de Projeto Requalificação Urbana), foi criado em 2006 em parceria com o governo alemão, e tem um conjunto de diretrizes para intervir na comunidade tais como;

- Vigilância e visibilidade: Através de investimentos no projeto das edificações e no reforço da iluminação pública.
- Territorialidade: Consiste no desenvolvimento do sentido de pertencimento da população ao local e seu conseqüente envolvimento no processo de vigilância.
- Acesso e movimento: Investimento nos caminhos percorridos por pedestres privilegiando a acessibilidade e a circulação.
- Imagem e estética: Através do investimento no paisagismo, cores e mobiliário urbano do local que possibilite melhorias na autoestima.
- Manutenção e gestão: Consiste no envolvimento da população da gestão participativa dos espaços públicos, incentivando o pertencimento.

2.2. EXPERIÊNCIAS NACIONAIS

2.2.1 Cantinho do céu – São Paulo/SP

Ficha técnica

| | |
|-------------|---------------------------------|
| Autoria | Boldarini Arquitetos associados |
| Localização | Grajaú, São Paulo / SP |
| Área | 1.500.000 m ² |
| Tipo | Urbanização |

Fonte: Boldarini Arquitetos associados **Disponível em:** <http://www.boldarini.com.br>

Localizado no Bairro do Grajaú na cidade de São Paulo, o projeto de urbanização da favela Cantinho do céu foi concebido no ano de 2008, abrangendo uma área de aproximadamente 1.500.000 m² e teve como objetivo principal levar infraestrutura urbana, equipamentos sociais e integrar a comunidade ao restante da cidade por meio de um projeto de urbanização, o projeto foi elaborado em oposição à proposta de desocupação da área.



Figura 17: Imagens aéreas da comunidade Cantinho do Céu

Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-157760/>



Figura 18: Imagens do Projeto de Urbanização Cantinho do Céu

Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-157760/>

O complexo encontra-se as margens da represa Billings, dentro dos limites de uma área de proteção permanente e urbana, a proposta buscou privilegiar a criação de espaços de convívio ao mesmo tempo aliando a instalação de serviços de saneamento básicos, porém o projeto priorizou algumas estratégias, sendo elas;

- Preservação da vida, através da remoção de habitações que se encontravam em área de risco ou de fragilidade ambiental.
- Integração urbanística entre as novas intervenções e o tecido urbano pré-existente.
- Complementação e adequação da infraestrutura urbana, com melhorias sanitárias, ambientais e de mobilidade em todo o assentamento.
- Universalização do acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos e provisão adequada de equipamentos comunitários e áreas de lazer e esportes.

- Adequação urbanístico-ambiental do assentamento e das novas intervenções ao bairro como um todo.
- Geração de condições necessárias para a regularização fundiária do parcelamento do solo.

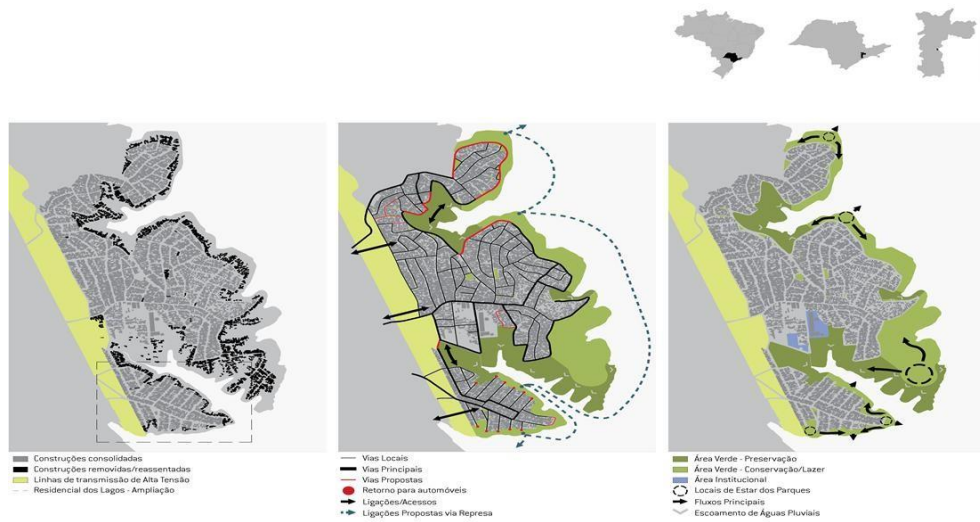


Figura 19: Projeto de urbanização do Complexo Cantinho do Céu

Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em:

<http://www.archdaily.com.br/br/01-157760/>



Figura 20: Planta de implantação do Complexo Cantinho do Céu

Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em:

<http://www.archdaily.com.br/br/01-157760/>

2.2.2 Complexo do Alemão – Rio de Janeiro / RJ

Ficha técnica

| | |
|-----------------------|--|
| Execução | Secretaria de Estado de Obras – Rio de Janeiro |
| Localização | Complexo do Alemão – Rio de Janeiro / RJ |
| População beneficiada | 120.000 pessoas |
| Tipo | Urbanização |

Fonte: Rio de Janeiro. Gov. **Disponível em:** <http://www.rj.gov.br>

Através de investimentos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do governo federal e em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro, iniciou-se em 2008 uma das maiores intervenções de urbanização de favela do Brasil e da América Latina, com um investimento inicial de 3,1 bilhões de Reais (Rio de Janeiro, 2016). Os investimentos incluíram a construção de um teleférico com seis estações, 920 novas unidades habitacionais, infraestrutura urbana e construção de diversos equipamentos sociais e culturais.



Figura 21: Teleférico do Complexo do Alemão

Fonte: Vitruvius. Disponível em: www.vitruvius.com.br



Figura 22: Habitação multi-familiar do complexo do alemão

Fonte: Revista Au Pini. Disponível em: www.au.pini.com.br

O projeto de urbanização do Complexo do Alemão é parte do PAC Urbanização de favelas e teve como objetivos principais;

- Promover e facilitar uma nova conectividade da região do Complexo com os bairros do entorno e com a cidade;
- Recompôr as centralidades existentes introduzindo outras novas;
- Incorporar edificações de valor arquitetônico e urbanístico ao tecido da favela;
- Re-simbolizar o lugar criando marcos visuais;
- Realizar um tipo de intervenção estrutural, ativando pontos neurálgicos do tecido da favela.

2.3. EXPERIÊNCIAS REGIONAIS

2.3.1 Vila da Barca – Belém / PA

Ficha técnica

| | |
|-------------|---------------------------------|
| Execução | Prefeitura Municipal de Belém |
| Localização | Bairro do Telégrafo – Belém /PA |
| Área | 14.000.000 m ² |
| Tipo | Urbanização e Habitação |

Fonte: Architizer **Disponível em:** <http://architizer.com/projects/vila-da-barca/>



Figura 23: Projeto Habitacional Vila da Barca
Fonte: Site Meia Dois Nove Disponível em:
www.meiadoisnove.com.br

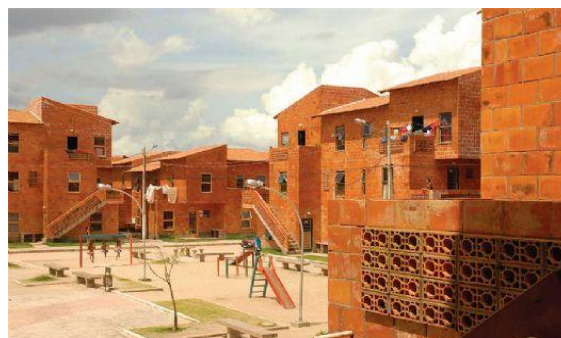


Figura 24: Projeto Habitacional Vila da Barca
Fonte: Site Revista Pini. Disponível em:
www.au.pini.com.br

Segundo (SILVA, Carlos, 2010) o projeto habitacional Vila da Barca está localizado no Município de Belém, no Bairro do Telégrafo, entre a Avenida Pedro Álvares Cabral e a Baía do Guajará, e constituiu-se da construção de 634 unidades habitacionais e urbanização da área que até então constituía-se de assentamentos precários. O projeto dividiu-se em duas etapas sendo a segunda a construção de mais 634 unidades habitacionais, a área total do projeto é de 73.170 m² e abrigando aproximadamente 2.500 pessoas. As principais ações do projeto foram:

- Construção de unidades habitacionais
- Regularização fundiária
- Instalação de redes de drenagem de águas pluviais
- Instalação de rede de abastecimento de água potável
- Instalação de rede de coleta e tratamento de esgoto
- Pavimentação de vias
- Iluminação pública e de redes de comunicação
- Criação de áreas verdes e praças
- Instalação de equipamentos urbanos
- Trabalho Social

2.3.2 PROSAMIM – Manaus / AM

Ficha técnica

| | |
|------------------------|--|
| Execução | Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amazonas |
| Localização | Adrianópolis – Manaus /AM |
| Unidades habitacionais | 372 unidades |
| Tipo | Urbanização e Habitação |

Fonte: Prosamin **Disponível em:** <http://prosamim.am.gov.br/>



Figura 25: Igarapé do 40 - Programa PROSAMIM
Fonte: Portal do Governo do Estado do Amazonas Disponível em: www.prosamim.am.gov.br



Figura 26: Programa PROSAMIM
Fonte: Portal do Governo do Estado do Amazonas Disponível em: www.prosamim.am.gov.br/

De acordo com (Rossin, 2008) O programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIN é composto de um conjunto de ações iniciadas em 2003, com um horizonte de vinte anos que pretende solucionar os problemas ambientais e sociais das bacias de igarapés que sofrem influência do Rio Negro e que cortam a cidade de Manaus, densamente ocupados por moradias irregulares e abrigam em torno de meio milhão de pessoas, através da urbanização, construção de conjuntos habitacionais, sem no entanto deslocar a população para regiões periféricas ou ultra periféricas da cidade, o programa é viabilizado através de recursos do Bando Interamericano de Desenvolvimento – BID e Caixa Econômica Federal - CEF. As estratégias do programa se alicerçam em quatro pilares:

- Obras de macro e micro drenagem para regular os impactos das chuvas intensas e das enchentes do Rio Negro
- Reassentamento da população que ocupa os igarapés em terrenos aptos para receber unidades habitacionais e dotados de serviços básicos.
- Construção de Avenidas e Parques lineares nas áreas mais vulneráveis para prevenir futuras ocupações

- Ampliação da oferta de solo equipado para o uso residencial barato e maior controle e vigilância para o uso do solo segundo as disposições do Plano Diretor de Manaus.

A política de reassentamento da população dá-se através de:

- Indenização: O proprietário do imóvel recebe um valor em dinheiro equivalente ao valor de mercado da benfeitoria
- Bônus: O proprietário do imóvel recebe um bônus moradia de até R\$ 21.000,00 para a aquisição de um imóvel devidamente regularizado dentro do Estado do Amazonas
- Unidade habitacional: O morador pode optar por receber um apartamento que é construído no centro da cidade ou próximo do local original
- Conjuntos habitacionais: O morador pode optar por receber casas populares em conjuntos localizados na Zona Norte da Cidade

2.3.3 Cidade do Povo – Rio Branco / AC



Figura 27: Masterplan Cidade do Povo

Fonte: Portal do Governo do Estado do Acre Disponível em: www.agencia.ac.gov.br

O projeto Cidade do Povo, localizado no Município de Rio Branco – AC, no quilometro 5 da BR- 364, abrange uma área de aproximadamente 650 hectares, quando concluído será uma cidade dentro da cidade, originalmente concebido para realocar as famílias que moram no centro de Rio Branco e que sofrem com as enchentes constantes do Rio Acre. Está previsto a construção de 10 mil unidades habitacionais, 21 escolas, 6 centros comerciais, 4 creches, 36 praças, 3 postos de saúde e demais equipamentos urbanos, quando concluído o projeto abrigará em torno de 50 mil pessoas (Acre, 2012). Contudo muitos dos equipamentos sociais previstos ainda não foram entregues e parte significativa das obras encontram-se atrasadas ou paralisadas, e os moradores enfrentam graves problemas de mobilidade

2.4 EXPERIÊNCIAS LOCAIS

2.4.1 Conjunto Vila Mucajá – Macapá / AP

Ficha técnica

| | |
|------------------------|--------------------------------|
| Execução | Prefeitura Municipal de Macapá |
| Localização | Bairro do Beírol |
| Unidades habitacionais | 592 unidades |
| Tipo | Urbanização e Habitação |

Fonte: Macapá - Planurb, 2012



Figura 28: Projeto Habitacional Mucajá

Fonte: Tribuna Amapaense. Disponível em: <http://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2013/11/deficit-habitacional-ipea.html>

O projeto habitacional Mucajá localiza-se no Município de Macapá, distante apenas 2 quilômetros do centro da cidade, o projeto constitui-se de 37 blocos, contendo 16 apartamentos cada, cada apartamento possui 47 m² de área total e 37 m² de área útil, contendo 2 quartos, sala, cozinha, banheiro social e área de serviço conjugada a cozinha (Macapá - Planurb, 2012). Existem dois pontos positivos do projeto, o primeiro que ele reassentou as famílias praticamente no mesmo local em que residiam, e o segundo é que a localização é privilegiada e próxima ao centro, e sem dificuldades de transporte, pois este se localiza na Rua Jovino Dinoá, uma via arterial de Macapá por onde passam diversas linhas de ônibus.

Entretanto existem diversas críticas ao projeto, tais como a ausência de equipamentos públicos, inexistência de áreas para o comércio popular, inexistência de áreas de convívio e lazer, uma única tipologia de residência que não contempla a diversidade de famílias que existem no local, área útil reduzida das unidades habitacionais, área de serviço conjugada a cozinha e diversos problemas de execução e de materiais que recentemente estão aparecendo. Em linhas gerais este é um projeto que segue a um padrão recorrente dentro da lógica historicamente aplicada aos projetos de habitação de interesse social no Brasil desde a ditadura militar até aos dias atuais, e reproduzidos em todas as esferas de poder.

2.4.2 Cidade Macapaba – Macapá / AP

Ficha técnica

| | |
|------------------------|----------------------------|
| Execução | Governo do Estado do Amapá |
| Localização | Brasil Novo |
| Unidades habitacionais | 5.166 unidades |
| Tipo | Urbanização e Habitação |

Fonte: Tostes e Luz, 2014



Figura 29: Projeto Habitacional Macapaba
Fonte: Jornal do Dia Disponível em:
<http://www.jdia.com.br>



Figura 30: Projeto Habitacional Macapaba
Fonte: Diário do Meio do mundo
 Disponível em:
www.diariodomeiodomundo.com.br

O projeto habitacional Macapaba localiza-se na Zona Norte de Macapá, as margens da BR-210, teve sua primeira fase financiada por verbas federais oriundas do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, no valor de 132 milhões de Reais e por verbas estaduais oriundas do Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá – PROAMAPÁ, no valor de 12 milhões de Reais.

O projeto se divide em duas fases, quando ambas estiverem concluídas terão no total 4.366 unidades habitacionais, divididas em duas tipologias, sendo 4.032 apartamentos e 334 casas, com previsão de construção de mais 800 unidades pelo governo do estado, totalizando 5.166 unidades habitacionais (Tostes e Luz, 2014), o conjunto tem em seus projetos complementares a instalação de diversos equipamentos sociais, tais como escolas, posto de saúde, posto policial, centros comunitários e áreas para comércio, entretanto com exceção do posto policial e dos centros comunitários nenhum outro equipamento social foi entregue a comunidade quando a primeira fase foi entregue.

Todavia, um dos principais problemas do projeto além da ausência de serviços públicos e privados é sua distância do centro da cidade, a mobilidade urbana dos moradores do empreendimento também é precária, uma vez que existe apenas uma linha para atender uma comunidade, que uma vez o projeto estiver finalizado, contará com mais 20 mil habitantes, que em sua maioria estudam e trabalham no centro da cidade.

2.4.3 Conjunto Mestre Oscar – Macapá / AP

Ficha técnica

| | |
|------------------------|--------------------------------|
| Execução | Prefeitura Municipal de Macapá |
| Localização | Bairro Ypê |
| Unidades habitacionais | 528 unidades |
| Tipo | Urbanização e Habitação |

Fonte: SILVA, Izanilde, 2016

Inaugurado em 2013, o Conjunto Mestre Oscar localiza-se na Zona Norte de Macapá, no Bairro Ypê, foi construído com recursos federais oriundos do MCMV, totalizando 528 unidades habitacionais, destinadas a famílias com renda mensal inferior a 1.600 Reais cadastradas no Cadastro único do Governo Federal – CadÚnico, cada unidade contém uma sala, dois quartos, cozinha, um banheiro e área de serviço, e como são unidades residenciais térreas inseridas em lotes de 10 por 8 metros, são passíveis de futuras expansões (SILVA, Izanilde, 2016).



Figura 31: Vista aérea do Conjunto Mestre Oscar
Fonte: Site Chico Terra. Com www.chicoterra.com



Figura 32: Vista aérea do Conjunto Mestre Oscar
Fonte: Site Chico Terra www.chicoterra.com

O conjunto Mestre Oscar, assim como outros empreendimentos do MCMV está localizado em um bairro periférico, onde a presença de equipamentos sociais é precária, onde a mobilidade urbana é um problema e onde as áreas para prática de esporte e lazer é praticamente inexistente, o empreendimento também não se preocupou em adequar as unidades habitacionais a realidade, tamanho e necessidades das famílias beneficiadas, bem como também não houve preocupação com o entorno do projeto, sendo visível o contraste do tecido urbano do conjunto urbanizado com o restante do bairro, bem como também é possível notar o aparecimento de uma ocupação de moradias precárias na gleba ao lado do projeto.

CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO E DIAGNÓSTICO

3.1 LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA

O estudo de caso e a realização de um diagnóstico na área de ocupação Marabaixo IV busca compreender como se deu o processo de ocupação da área e como a região está inserida de acordo com os instrumentos legais de uso e ocupação do solo, nas três esferas da administração pública, bem como se configura o respectivo sistema viário da ocupação e o sistema de abastecimento de transporte coletivo, e por fim um dos principais objetivos é o de conhecer o perfil socioeconômico dos moradores da ocupação.

A área escolhida para intervenção está situada, segundo o Plano diretor, na unidade de gestão urbana Macapá Sudoeste, popularmente chamada de Zona Oeste, nas cercanias do Bairro Marabaixo, as margens da Lagoa dos índios, a área delimitada inicia-se na décima rua do Marabaixo, seguindo pela rua conhecida informalmente como “Rua da Piçarreira”, passando por um muro segue-se em linha reta até ao limite com a Lagoa dos índios de onde segue-se o contorno até retornar a décima rua do Marabaixo encerrando o perímetro, totalizando 1,17 km² ou 116,5 hectares de área ocupada.

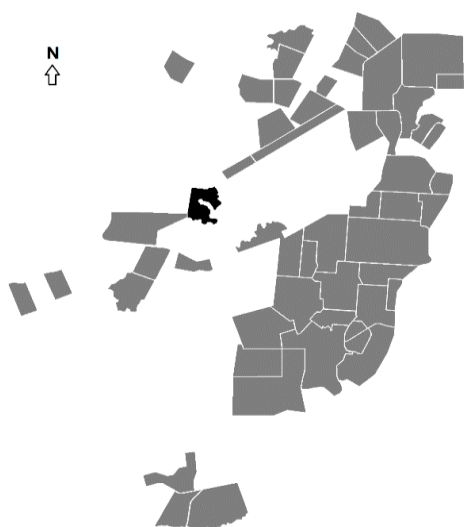


Figura 33: Área escolhida para intervenção destacada em preto

Fonte: Base cartográfica: Mapa oficial dos bairros de Macapá. Adaptado pelo autor, 2016.

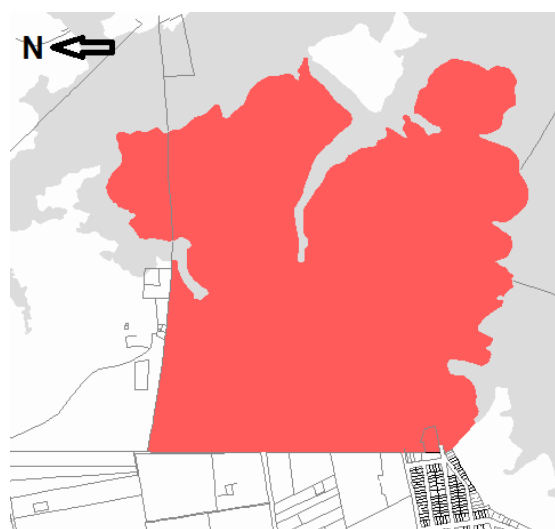


Figura 34: Área ocupada destacada em vermelho

Fonte: Base cartográfica: Mapa urbano detalhado de Macapá. Adaptado pelo autor, 2016.

3.2 HISTÓRICO DA REGIÃO E DA ÁREA DE OCUPAÇÃO

A ocupação da região remonta aos primeiros povos indígenas, que deram nome a Lagoa dos índios, entretanto já no século XVIII não existe registro de indígenas na área, todavia é com os primeiros ocupantes negros que se fixaram no fim do período colonial português, é que se torna possível traçar um percurso histórico até a atualidade, de modo que ainda hoje existem comunidades quilombolas ao longo da Lagoa dos índios (BASTOS, 2006).

O processo de urbanização na região é recente, nos primeiros planos diretores urbanos, a região foi inserida como área de produção hortifrutigranjeira no Plano João Pinheiro de 1973 e como área favorável para urbanização no plano H.J. COLE de 1979, contudo a ocupação efetiva inicia com a implantação dos Loteamentos Marabaixo I, III e III nos anos 1990.

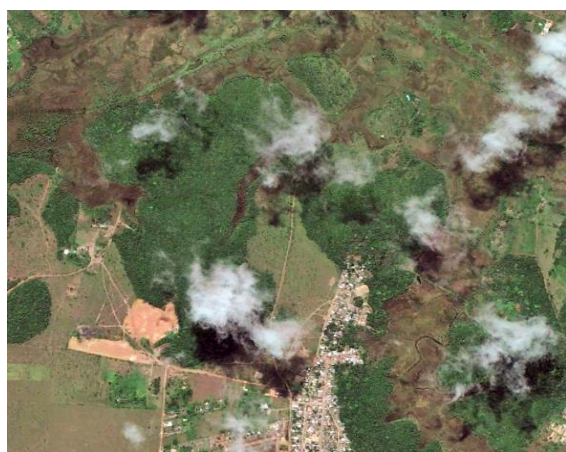


Figura 35: Área de ocupação em 2010

Fonte: Google Earth. Acesso em 25/10/2016



Figura 36: Área de ocupação em 2014

Fonte: Google Earth. Acesso em 25/10/2016

Quanto a história específica da área que deu origem a ocupação Marabaixo IV, por ser bastante recente, até o presente momento não foram encontradas fontes oficiais ou acadêmicas, portanto as únicas fontes disponíveis para explicar as origens da comunidade, consistem de fontes jornalísticas e orais dos primeiros moradores.

Segundo relatos de moradores a área pertencia a Sandro Luiz Azevedo Costa, filho de um ex-prefeito de Macapá, que a hipotecou em 1992, junto ao Banco da Amazônia – BASA, como garantia de um empréstimo, em 2008 o governo do estado decretou a desapropriação da área para fins de moradia, prometendo a algumas associações de moradores sem teto, a construção de um conjunto habitacional, o proprietário vendeu a gleba ao governo do estado mesmo estando hipotecada, gerando um impasse jurídico que perdura até o presente momento.

O processo de ocupação da área de intervenção deu-se entre os anos 2008 e 2011, com o assentamento de centenas de famílias, movidas pela promessa de ser construído um conjunto habitacional no local, porém a construção do prometido conjunto nunca ocorreu (Tribuna Amapaense, 2014), e a ocupação deu-se de forma espontânea e com traçado urbano irregular, sem qualquer planejamento público, sendo todo o arruamento criado pelos próprios moradores, em 2012 o poder público adentra a ocupação pela primeira, e única vez, até o presente momento, a fim de expandir a rede pública de abastecimento de energia elétrica, processo de eletrificação este concluído em finais de 2013.



Figura 37: Ocupação em 2014

Fonte: Google Earth. Acesso 21/10/2016

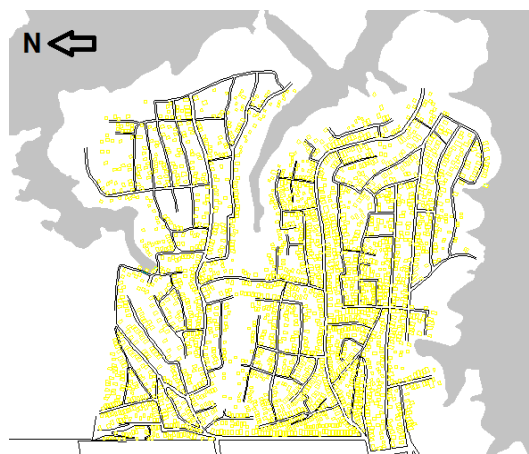


Figura 38: Mapa atual da ocupação

Fonte: Autor, 2016

Segundo dados divulgados pela Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, durante o processo de eletrificação da área de ocupação foram cadastradas 1.260 novas unidades consumidoras entre residenciais e comerciais, sendo a população estimada em torno de 6.000 moradores o que dá uma média estimada de 4,8 moradores por unidade consumidora, número pouco acima da média de moradores por domicílio em Macapá que é de 4,2 moradores, porém bem acima da média nacional de 3,34 (IBGE, 2010). Os dados fornecidos pela CEA foram os únicos encontrados sobre a área, uma vez que nenhum outro órgão público, seja municipal ou estadual realizou qualquer diagnóstico no local, sendo assim, também são difíceis dados mais precisos da ocupação, e fontes mais confiáveis acerca da origem da ocupação e do número de moradores atuais.

3.3. OCUPAÇÃO DO USO E DO SOLO DA REGIÃO

3.3.1 Legislação Municipal

A área de intervenção está inserida, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Macapá (Macapá, 2004) no Setor Residencial 1 (SR1), área que compreende entre o Ramal 9, a Rodovia BR-210 com profundidade máxima do lote de 300 metros, a área dos loteamentos Marabaixo, Residencial Lagoa e Conjuntos Cajarí e Cabralzinho, além das faixas incluídas no Setor Misto 1.

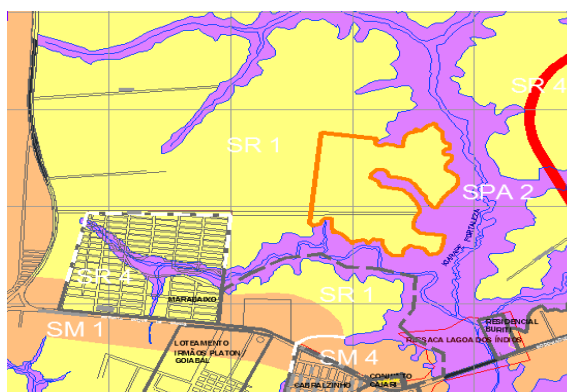


Figura 39: Área ocupada circutada em laranja

Fonte: Extraído do plano diretor de Macapá 2004

Segundo o quadro de usos e atividades permitidas para a região estão os níveis comerciais de 1 a 4, de serviços de 1 a 5, industriais níveis de 1 a 3 e nível agrícola de nível 3. Sendo os níveis 1 atividades de baixíssimo impacto, os níveis 2 de baixo impacto, os níveis 3 de médio impacto e os níveis 4 de alto impacto, chama também atenção a permissão para atividades de serviço de nível 5, de altíssimo impacto, tais como hospitais, grandes equipamentos esportivos como estádios, hipódromos, parques, autódromos, circos, feiras entre outros (MACAPÁ, 2004).

É notório analisar que atualmente aquela zona da cidade onde se encontra a área de ocupação a ser urbanizada é predominantemente residencial, todavia é possível constatar que também tem uma forte presença de empreendimentos de alto e médio impacto tais como distribuidoras, centros de distribuição, fábricas, revenda de veículos, presídio e faculdade.

| SETOR | USOS E ATIVIDADES | | |
|----------------------------|---|--|---|
| | DIRETRIZES | USOS PERMITIDOS | OBSERVAÇÕES |
| Residencial 1 - SR1 | uso residencial; atividades comerciais e de serviços de apoio à moradia; atividades comerciais, de serviços, industriais e agrícola, controlados os impactos ambientais | residencial uni e multifamiliar; comercial níveis 1, 2, 3 e 4; de serviços níveis 1, 2, 3, 4 e 5; industrial níveis 1, 2 e 3; agrícola nível 3 | comercial nível 3 exceto atacadista, nível 4 exceto depósito ou posto de revenda de gás; de serviços nível 4 exceto garagem geral |

Figura 40: Quadro de usos e atividades permitidas na região

Fonte: Extraído do Plano Diretor de Macapá, 2004

A área de intervenção também é margeada pela Lagoa dos Índios, que dentro do mapa de setorização do plano diretor de Macapá está classificada como Setor de Proteção Ambiental 2 (SPA2), entretanto o mesmo não classifica especificamente os usos e atividades deste setor, citando apenas as diretrizes e usos permitidos do Setor de Proteção Ambiental 3 (SPA3), onde permite apenas atividades voltadas para o ecoturismo, lazer, manejo sustentável e atividades voltadas a educação ambiental, entretanto permite a ocupação residencial uni e multi-familiar; comercial, serviços e até mesmo industrial de níveis 1 e 2 (MACAPÁ, 2004).

3.3.2 Legislação Estadual

A rede hidrográfica que abrange o estado do Amapá é uma das mais complexas, sendo a costa amapaense dividida em duas porções, ao norte o setor atlântico ou costeiro e ao sul o setor estuarino ou amazônico (Chagas, 1997), sendo esta última zona a que sofre maior influência direta do rio Amazonas, região onde se localiza a cidade de Macapá.

O setor estuarino apresenta as maiores densidades demográficas do estado, sendo as cidades de Macapá e Santana responsáveis por condensar mais de três quartos da população amapaense (IBGE, 2010), sendo a zona urbana e suburbana destas cidades permeadas por extensas áreas úmidas e alagadiças, chamadas regionalmente de “ressacas”, que são essenciais para a amenização do clima quente da capital amapaense, sendo que estas áreas protegidas pela lei estadual 0838/2004, que veio a substituir a lei 0455/1999 que tratava do tombamento das áreas ressacas que visava a proteção do valor paisagístico e ambiental deste ecossistema.

A primeira lei referente as áreas de ressacas, a lei 0455/1999 que tratava da delimitação e do tombamento das áreas de ressaca do estado Amapá, em seu artigo segundo proibia: o funcionamento de industrias ou qualquer outro empreendimento poluidor; a realização de obras de terraplanagem, loteamentos e abertura de canais, exceto em casos de prevenção de acidentes; o uso de pesticidas e biocidas e toda e qualquer atividade que ameaçasse as espécies bióticas regionais. Em seu artigo terceiro a lei previa aplicação de sanções administrativas, multas diárias e progressivas. (AMAPÁ, 1999).



Figura 41: Vista aérea da ressaca Lagoa dos índios

Fonte: ZEEU, 2012 P. 22.

A lei estadual atualmente vigente para a proteção destas áreas, e que veio substituir a referida lei anterior é a lei 0838/2004 que dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e áreas de várzeas localizadas em todo o estado do Amapá, bem como estabeleceu um prazo de até três anos, para a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das áreas de ressacas (Amapá, 2004), porém tal zoneamento só se concluiu em 2012.

O Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas – ZEEU abrangeu as seguintes áreas para efeito de estudo e diagnóstico: Sensoriamento remoto, dinâmica de inundação, botânica e etnobotânica; distribuição da ictiofauna e potencial de espécies de interesse comercial; geologia e geomorfologia; seleção de novas áreas para extração de argila; limnologia – qualidade da água, fitoplâncton e zooplâncton; levantamentos socioambientais (AMAPÁ-IEPA, 2012).

3.3.3 Legislação Federal

Segundo o código florestal, ou seja, a lei 12.651/2012 que rege sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal, em seu artigo quarto trata especificamente das áreas de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, onde define a largura de conservação das faixas marginais (matas ciliares) de qualquer curso d'água natural perene e intermitente (Brasil, 2012), definindo a largura mínima de preservação de:

- 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

Para áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, a faixa de preservação deve ter a largura mínima de:

- 100 (cem) metros, em zonas rurais.
- 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.

A ressaca da Lagoa dos índios que margeia a área de intervenção encontra-se totalmente dentro do perímetro urbano estabelecido no plano diretor de Macapá, podendo ser considerada um lago de acordo com a referida lei, portanto a faixa de preservação não deve ser menor que trinta metros de largura a partir da linha d'água, logo, toda e qualquer ocupação dentro desta faixa mínima de preservação correrá como ocupação ilegal. Esta faixa legal de preservação, também chamada de mata ciliar é de importância vital para evitar erosão, perda de biodiversidade dos cursos d'água, bem como pode ser um importante berçário de reprodução de diversas espécies.

3.4 Sistema viário e circulação

O sistema viário da região constitui-se de vias arteriais de fluxo intenso, sendo estas a Rodovia Duca Serra ao sul e a Rodovia AP-020 ao oeste respectivamente, e adentrando os bairros Marabaixos estão a Avenida 04 ligando os bairros Marabaixo 1 ao 2, a Rua 03 do Marabaixo ligando os bairros do Marabaixo 2 ao 3 e as avenidas 15 e 18 do Marabaixo 3 e adentrando o bairro Marabaixo 4 a rua da Piçarreira e da Avenida Jardim América sendo estas duas últimas não pavimentadas e com condições precárias de trafegabilidade, situação comum entre todas as vias do bairro Marabaixo IV.

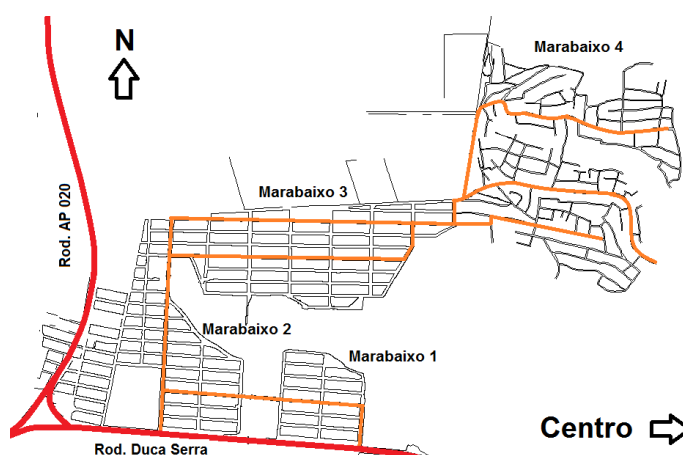


Figura 42: Mapa de hierarquia viária (Vermelho: Vias arteriais, Laranja: Vias coletoras)
Fonte: Base cartográfica: Mapa urbano detalhado de Macapá. Adaptado pelo Autor, 2017.

A largura das vias nos bairros Marabaixo, 1, 2 e 3 medem aproximadamente 15 metros nas ruas, e 20 metros nas avenidas, já no bairro Marabaixo IV, por ter tido um planejamento orgânico e fora das normas técnicas, a largura das vias coletoras principais oscilam entre 8 e 10 metros de largura, as vias locais por sua vez oscilam entre 4 a 8 metros de largura.

Até o momento de elaboração deste trabalho, a totalidade da malha viária do bairro Marabaixo 4 encontravam-se sem nenhum tipo de pavimentação, com graves problemas de trafegabilidade nas vias coletoras e sem condições de trafegabilidade na maioria das vias locais, tornando a pavimentação asfáltica uma das prioridades a serem implantadas na opinião dos entrevistados na comunidade, juntamente com segurança, coleta de lixo, saneamento e ausência de outros equipamentos públicos.

3.5 Sistema de transporte público

O sistema de transporte público que atende a região é precário, ao todo são apenas quatro linhas que abastecem os bairros da zona oeste, sendo que apenas duas entram nos bairros Marabaixo I, II e III, e nenhuma linha adentra o Marabaixo IV, o que faz com que muitos moradores da comunidade caminhem até dois quilômetros para chegar ao terminal de final de linha do bairro Marabaixo III, onde em muitos casos os ônibus já saem lotados, segundo os moradores as empresas de ônibus alegam que as vias do bairro Marabaixo IV são estreitas e intrafegáveis para os coletivos circularem dentro da comunidade.

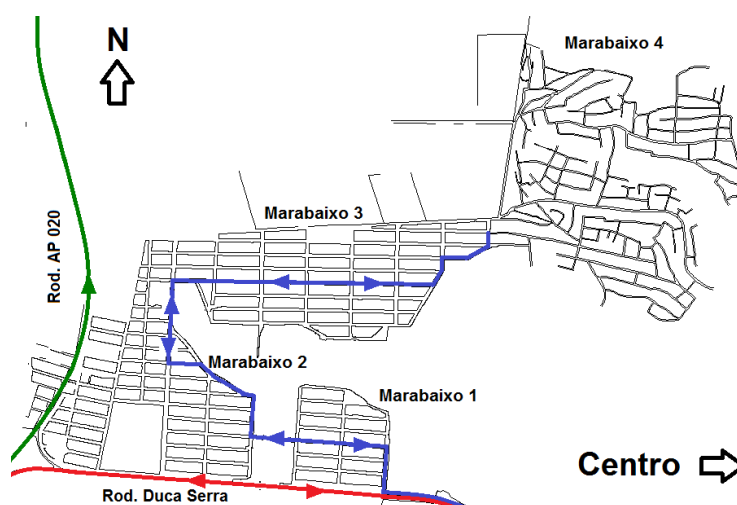


Figura 43: Mapa das rotas das linhas de ônibus (Vermelho: Macapá – Santana via Coração, Verde: Macapá – Santana via Km 9, Azul: Marabaixo – Universidade e Infraero II - Marabaixo)

Fonte: Base cartográfica: Mapa urbano detalhado de Macapá e Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amapá – SETAP. Adaptado pelo autor, 2017.

O problema de mobilidade urbana vivida pela população da comunidade fez com que o tema transporte fosse apontado como o terceiro principal problema enfrentado, a frente inclusive de saúde, a precariedade também levou muitas famílias a investirem suas economias na aquisição de um veículo particular, em sua maioria motocicletas. A mobilidade urbana é um direito que dá acesso a diversos outros direitos, tais como escola, emprego, lazer e mesmo a saúde, entretanto atualmente este direito tem sido negado à comunidade do Marabaixo IV, o problema é agravado pela ausência de equipamentos públicos, serviços privados e de ofertas de empregos na comunidade e entorno, o que aumenta ainda mais o deslocamento dos moradores em direção a outras áreas.

3.6 Dados socioeconômicos

Através de pesquisas em campo feitas com a comunidade, pôde-se traçar um perfil socioeconômico dos moradores entrevistados, bem como um diagnóstico das principais deficiências de serviços públicos e privados apresentados por estes entrevistados, a pesquisa foi feita através da aplicação de 20 questionários onde foram feitas perguntas relativas ao perfil socioeconômico e deficiências urbanas e de serviços públicos e privados.

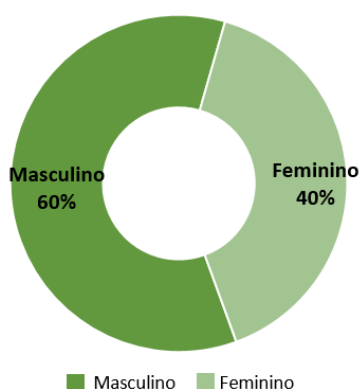


Gráfico 01: Sexo dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

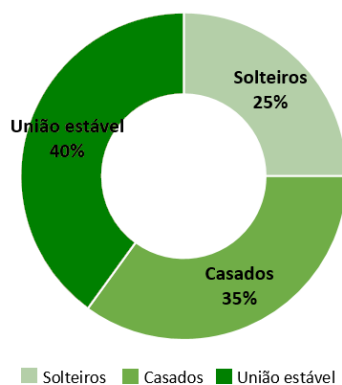


Gráfico 02: Estado civil dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo produzida pelo autor

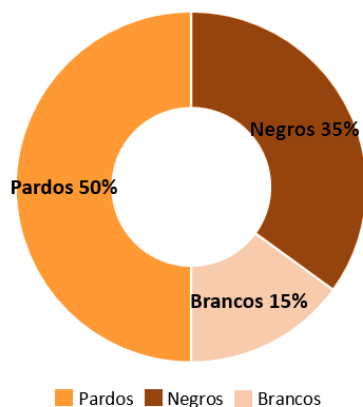


Gráfico 03: Grupos étnicos.

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

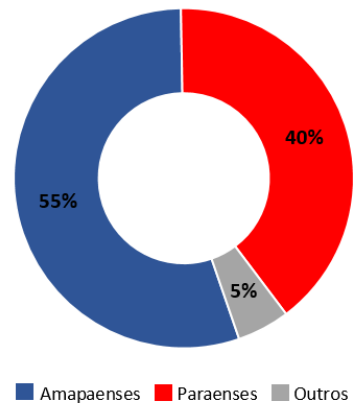


Gráfico 04: Naturalidade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

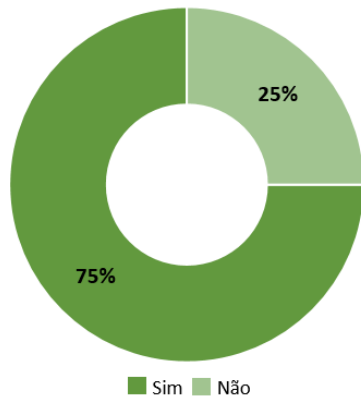


Gráfico 05: Residências com crianças em idade escolar

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

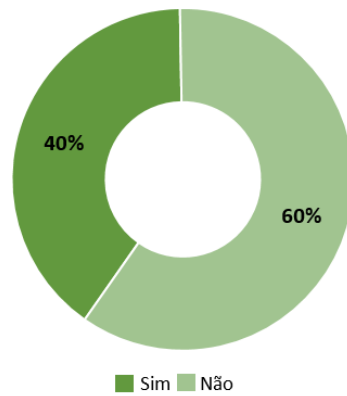


Gráfico 06: Residência com beneficiários de algum programa social

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

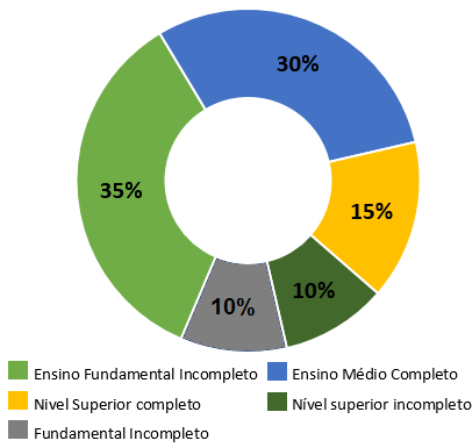


Gráfico 07: Escolaridade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

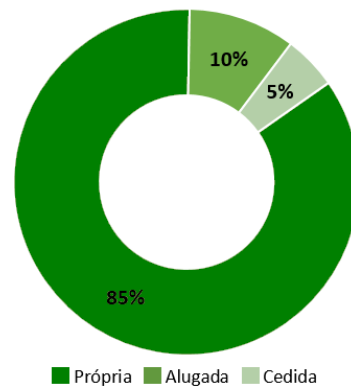


Gráfico 08: Situação da moradia

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

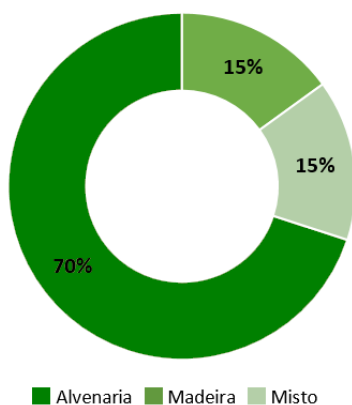


Gráfico 09: Materiais Construtivos

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

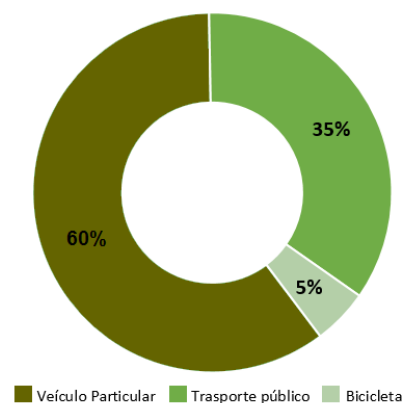


Gráfico 10: Meio de transporte utilizado

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

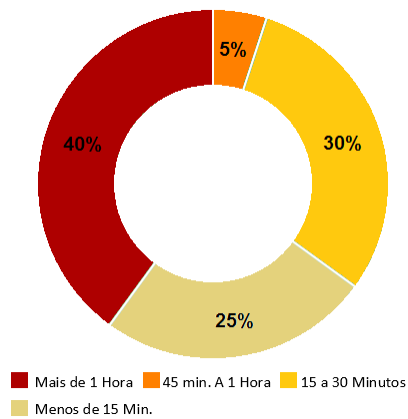


Gráfico 11: Tempo de deslocamento

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

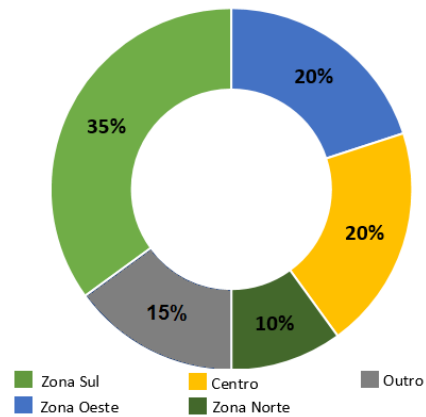


Gráfico 12: Local de trabalho ou estudo

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

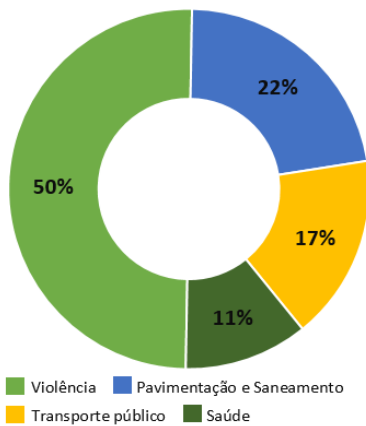


Gráfico 13: Problemas apontados

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

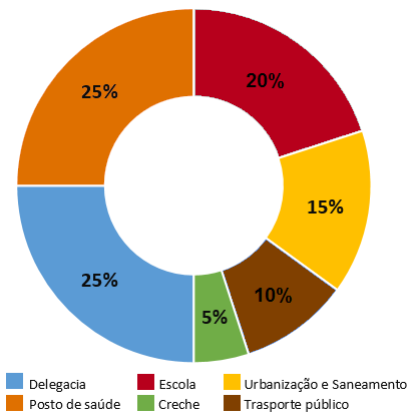


Gráfico 14: Necessidades mais urgentes

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

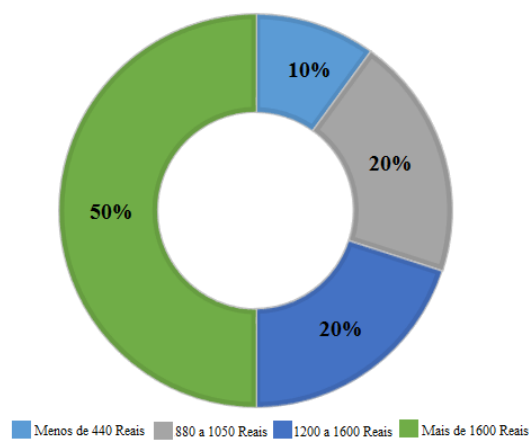


Gráfico 15: Renda familiar

Fonte: Pesquisa de campo. Autor, 2016.

Após a apresentação dos dados acima, pôde-se observar que o perfil dos entrevistados não se difere muito, dos de outros assentamentos precários encontrados em todo o país, sendo a maioria dos entrevistados negros e pardos, em sua maioria com baixa escolaridade, significativa parcela destes são beneficiários de algum programa social, outras semelhanças com outros assentamentos precários, pode ser vista na ausência de infraestrutura básica, tais como pavimentação, saneamento ou distribuição de água, 100% dos entrevistados disseram que o abastecimento de água é feito através de poços artesianos e 100% alegaram que o esgoto seria despejado em fossas sépticas, a média de moradores por domicílio ficou em 4,3 pessoas e destes 1,9 trabalhavam.

Todavia algumas particularidades encontradas causam curiosidade como a elevada taxa de entrevistados com veículo particular como principal meio de transporte, em sua maioria motos, pode ser explicada pela extrema precariedade no serviço de transporte coletivo na região, um dado interessante é referente aos locais de trabalho e estudo, que não se limitam a lógica Marabaixo – Centro – Marabaixo, sendo a dinâmica de deslocamento dos entrevistados bem mais diversa, onde outras regiões somadas representam 80% dos destinos e outro dado desmistificador é o fato de que a maior parte dos entrevistados ser natural do próprio estado do Amapá, o que pode indicar que diferente do senso comum a população destes assentamentos não é majoritariamente de outros estados.

3.7 Análise Fotográfica



Figura 44: Entrevistas e aplicação de questionário aos moradores

Fonte: Autor, 2016



Figura 45: Situação de uma das vias principais

Fonte: Autor, 2016



Figura 46: Passagem intrafegável

Fonte: Autor, 2016



Figura 47: Via Principal "Av. Jardim América"

Fonte: Autor, 2016

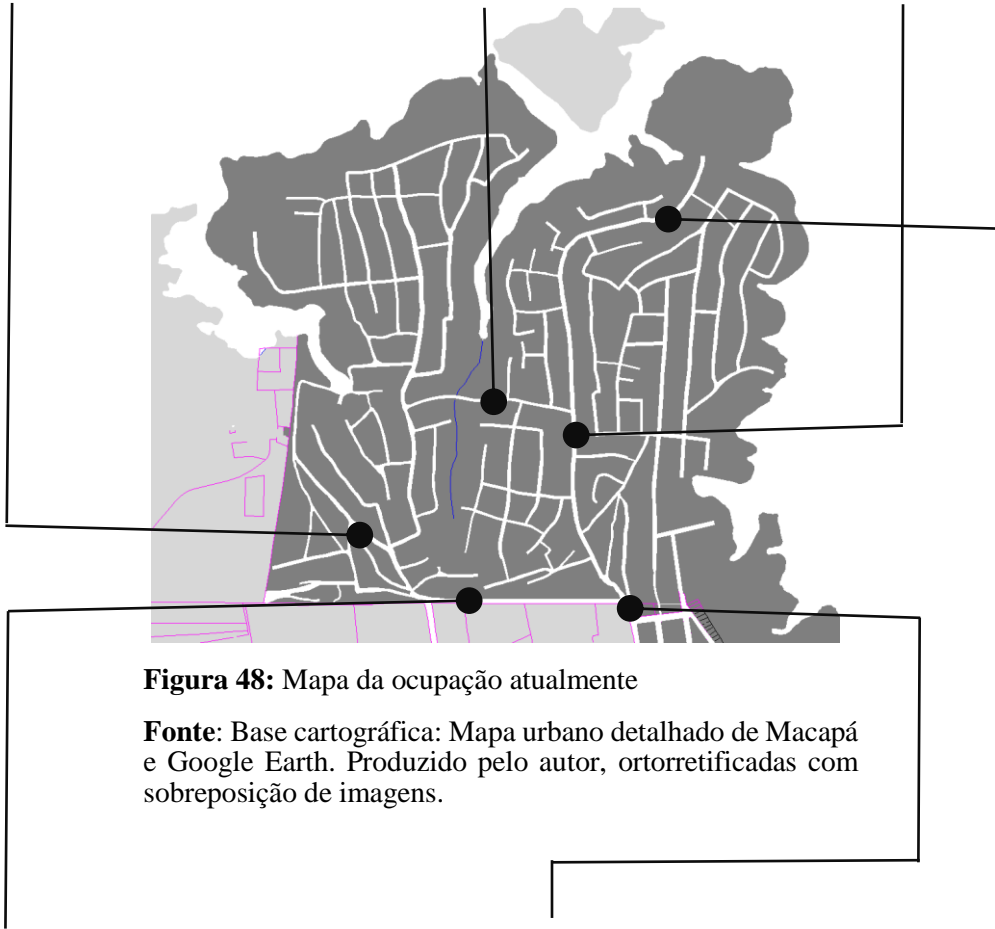


Figura 48: Mapa da ocupação atualmente

Fonte: Base cartográfica: Mapa urbano detalhado de Macapá e Google Earth. Produzido pelo autor, ortorretificadas com sobreposição de imagens.



Figura 49: Via chamada de Rua da "Piçarreira"

Fonte: Autor, 2017



Figura 50: Entrada da ocupação

Fonte: Autor, 2016



Figura 51: Final da via principal "Av. Jardim América"

Fonte: Autor, 2016

CAPÍTULO IV - A PROPOSTA

4.1. POR QUE URBANIZAR?

O artigo sexto da constituição federal de 1988 determina a moradia como um dos direitos sociais prioritários, em ordem de importância depois de educação, saúde e trabalho, e o estatuto da cidade em seu artigo quarto aborda a respeito da gestão democrática da cidade através da participação popular como um dos seus pilares, o que dá a mesma o poder de intervir diretamente na organização do seu bairro e sua cidade, ao mesmo tempo que o referido estatuto também permite coloca a urbanização de assentamentos precários como uma das estratégias a serem adotadas para garantir o acesso a cidade e ao direito constitucional a moradia, dadas as proporções que os assentamentos precários chegaram nas cidades brasileiras, a urbanização destes seria o caminho mais viável de garantir a grandes camadas da população desassistida, o direito a cidade e a moradia.

A ocupação escolhida sofre com inexistência de rede de abastecimento de água e esgoto, irregularização fundiária, irregularidade do traçado de suas vias, ausência de pavimentação, calçamento e drenagem, deficiência na coleta de lixo, iluminação pública e de transporte coletivo, o que a enquadraria nos critérios que caracterizam um assentamento precário, podendo também ser chamada de favela, e seu traçado de vias é visivelmente contrastante com o encontrado no restante do tecido urbano macapaense.

Contudo as problemáticas acerca da área de ocupação, não se limitam as questões de infraestrutura, mesmo após pesquisas, até o presente momento de conclusão deste trabalho não havia sido encontrado nenhum levantamento de dados, diagnósticos, mapas, ou projeto de melhorias urbanas para a região, seja por parte dos órgãos públicos procurados, seja por parte da academia, portanto torna-se urgente, a elaboração de um projeto de qualificação urbana para a ocupação do Marabaixo IV, dotando a comunidade de infraestrutura, equipamentos sociais e comerciais, ao mesmo tempo em que potencializa o desenvolvimento da comunidade e de seus moradores para que elevem sua qualidade de vida, através da melhoria da qualidade do seu meio urbano.

4.2. COMO URBANIZAR?

A proposta de urbanização da ocupação Marabaixo IV, inspira-se na experiência do projeto de urbanização da comunidade Cantinho do céu em São Paulo, já citada anteriormente, a escolha, se deu dentre outros fatores, em razão da geomorfologia do sitio onde se localiza a ocupação Marabaixo IV margeado pela Lagoa dos índios, ser semelhante ao sitio da referida comunidade paulistana circundada pela represa Billings, sendo que ambas as ocupações também abrangem uma área de proteção permanente em área urbana.

Outras intervenções já citadas também serviram para nortear a formulação de uma proposta específica de urbanização e estratégias de ações para a referida ocupação, que muito embora tenha suas particularidades, também pode ser replicado a outras áreas de Macapá, em especial as margeadas por áreas de ressaca ou com algum tipo de fragilidade ambiental. Portanto após o levantamento de diagnóstico, conversas com os moradores e a análise de outros projetos de urbanização de assentamentos precários, pôde-se chegar a elaboração de seis estratégias a serem adotadas, para sua urbanização, tendo foco na otimização dos recursos públicos e a minimização de impactos à população local, sendo as estratégias a serem adotadas as seguintes:

1. Instalação de equipamentos sociais; escolas, creche, posto de saúde, centro cultural e delegacia.
2. Implantação de infraestruturas urbanas: pavimentação, calçamento, drenagem, esgoto, água potável, iluminação pública e alargamento das principais vias no interior da ocupação.
3. Construção de áreas de lazer e convívio para os moradores da comunidade e adjacências.
4. Preservação da vegetação das margens da Lagoa dos índios, através da construção de uma via marginal e de um parque linear.
5. Remanejamento de construções que estejam dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental e demais áreas necessárias para a implantação dos equipamentos sociais e infraestruturas previstas.
6. Construção de um conjunto habitacional integrado a ocupação para abrigar as famílias remanejadas com áreas destinadas ao lazer e aos equipamentos sociais.

4.3 DA PROPOSTA URBANA

O projeto urbano é resultado das investigações realizadas, bem como a aplicação das seis estratégias citadas anteriormente, ao mesmo tempo em que se procurou atender as necessidades apontadas pela comunidade, preservando e recuperando as matas ciliares que margeiam a Lagoa dos índios, e reservando áreas verdes para a futura implantação de um parque linear, delimitado pela proposta de uma via marginal, deste modo transformando a vista para a ressaca em um objeto de identificação pela população e evitando a privatização da paisagem.

Dentro dos limites estabelecidos pela área de proteção permanente e do futuro parque, assim como da via marginal, bem como para áreas a serem destinadas a implantação dos equipamentos sociais propostos, 388 construções necessitariam ser removidas. Para a abrigar esta população, se propõe a construção de um conjunto habitacional com 420 unidades habitacionais, sendo 170 nas tipologias unifamiliares, e 250 nas multi-familiares, para a construção do conjunto 6 terrenos subutilizados ao lado da comunidade deverão ser desapropriados. No interior da comunidade, as vias principais deverão ser alargadas, permitindo que veículos de grande porte como ônibus e caminhão de lixo adentrem, atendendo uma das reivindicações da população local.

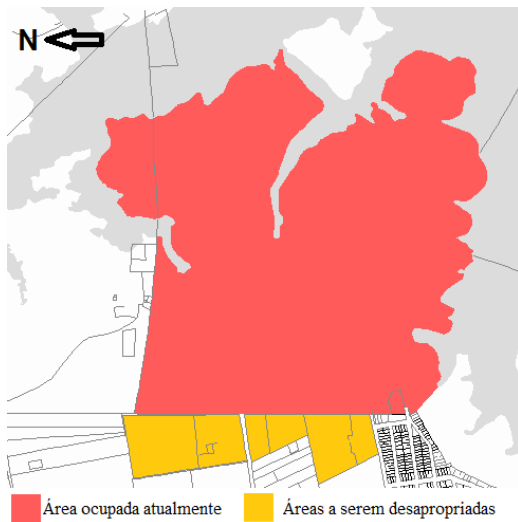


Figura 52: Ocupação atual, em vermelho área ocupada, em amarelo, área a ser desapropriada

Fonte: Autor, 2016

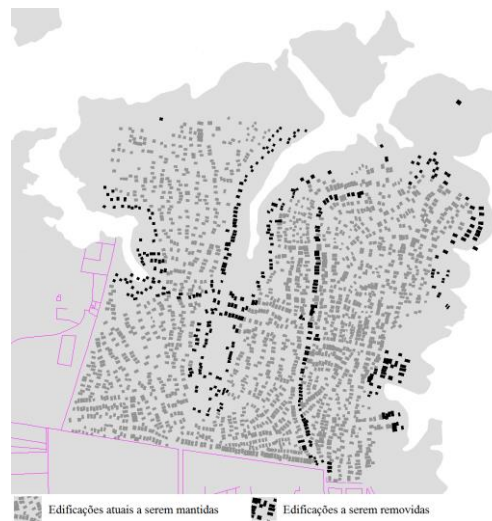


Figura 53: Ocupação atual, em preto as edificações a serem removidas

Fonte: Autor, 2016

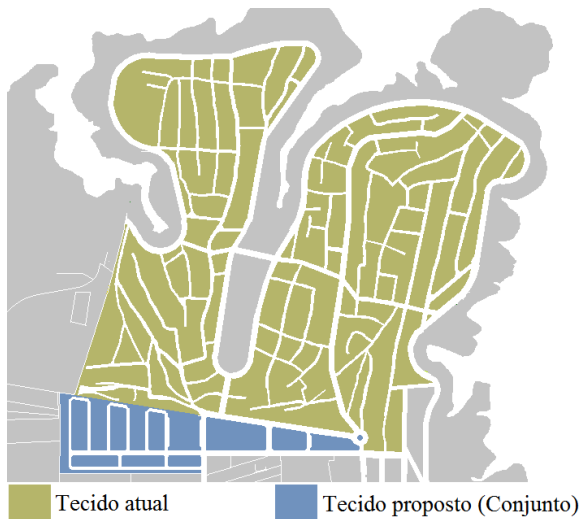


Figura 54: Ocupação atual (Mostarda) e conjunto proposto (Azul)

Fonte: Autor, 2016

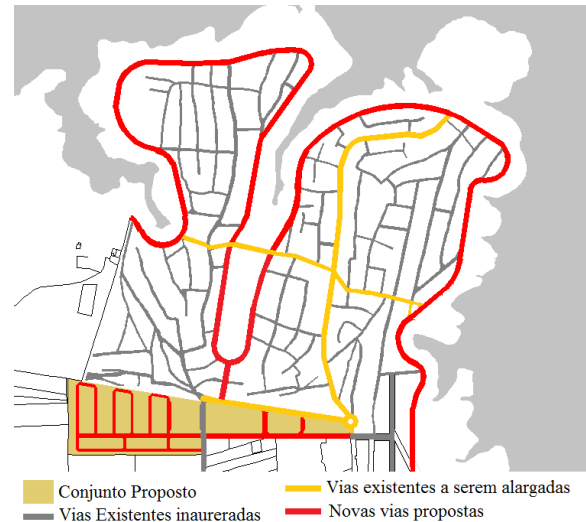


Figura 55: Em cinza as vias existentes, em vermelho as novas vias, em amarelo as vias alargadas

Fonte: Autor, 2016

Na proposta geral, representada, em azul a área alagável da Lagoa dos índios, em cinza constitui a ocupação existente, em verde escuro a faixa de proteção permanente, em verde claro, as áreas verdes e o futuro parque linear, em marrom as áreas reservadas para habitações sociais, em rosa os equipamentos sociais, em roxo a área destinada a galeria de comércio popular, em amarelo a área reservadas as habitações unifamiliares e em laranja a área reservadas as multi-familiares.

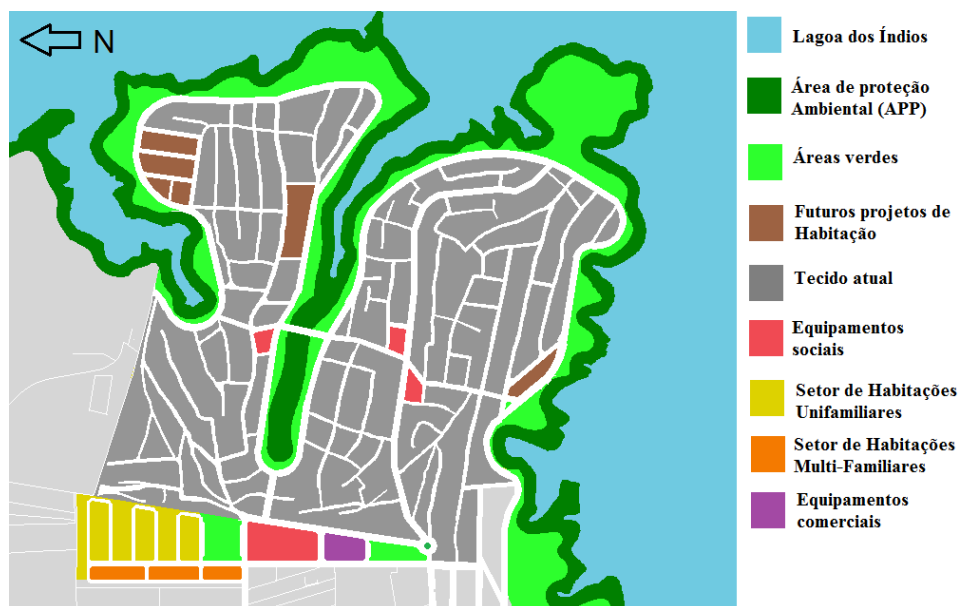


Figura 56: Setorização geral da proposta

Fonte: Mapa produzido pelo autor

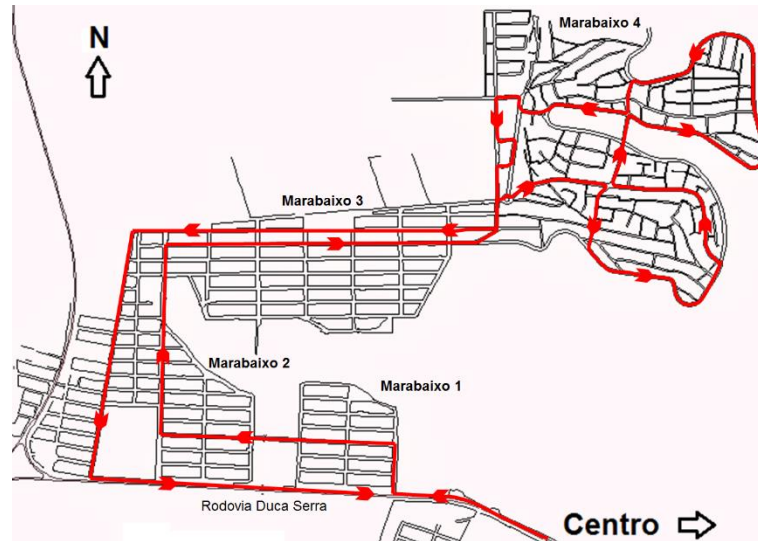


Figura 57: Rota de uma linha de ônibus proposta

Fonte: Mapa produzido pelo autor, 2017

4.4. DAS PROPOSTAS ARQUITETÔNICAS

4.4.1 Proposta de habitação unifamiliar

As soluções arquitetônicas inspiraram-se nos projetos abordados no referencial analítico, bem como de várias experimentações para adaptar os conceitos analisados a realidade amapaense, se diferenciando dos projetos habitacionais já executados em Macapá até o presente momento.

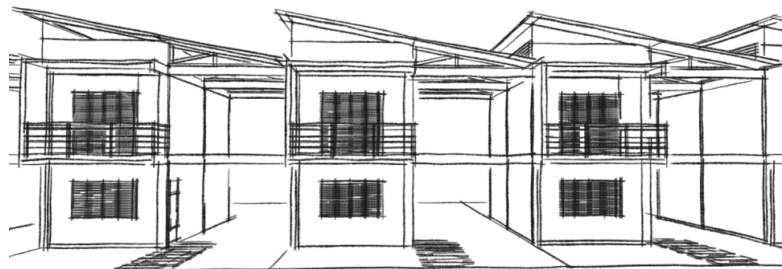


Figura 58: Croqui da proposta Unifamiliar

Fonte: Produzido pelo autor, 2016

A proposta unifamiliar contendo ao todo 67 m² foi inspirada no conceito do Projeto Villa Verde, adotando algumas adaptações para a realidade local, optando pelo uso de métodos construtivos convencionais como estrutura de concreto armado e tijolo cerâmico, de fácil acesso no mercado local, sendo a mão de obra especializada igualmente acessível, também se optou por esquadrias venezianas, incorporação de uma varanda no pavimento superior, cobertura em telhas de barro, e um espaço vazio, destinado a futuras expansões pelos próprios moradores o elemento conceitual mais interessante no projeto.

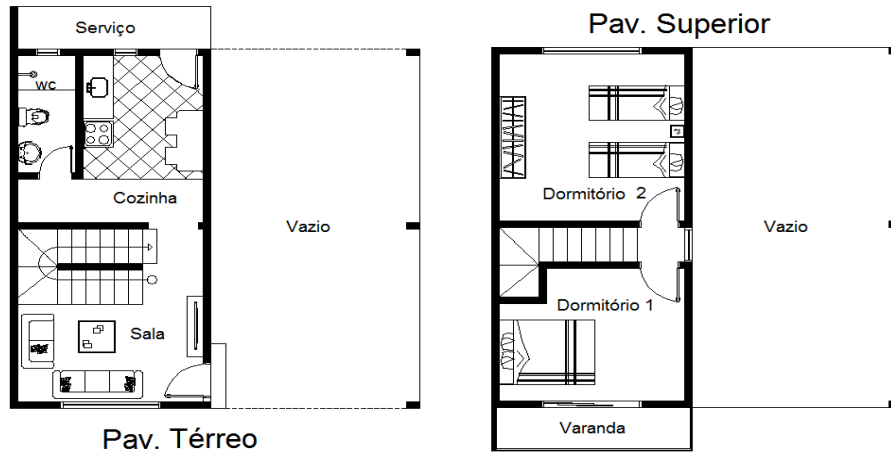


Figura 59: Plantas baixas da tipologia unifamiliar

Fonte: Autor, 2017

4.4.2 Proposta de habitação multi-familiar



Figura 60: Croqui da proposta multi-familiar

Fonte: Produzido pelo autor, 2016

A proposta multi-familiar, que contém ao todo 53 m² na unidade habitacional térrea e 60 m² na unidade duplex nos pisos superiores, foi inspirada na proposta do projeto Monterrey, sendo igualmente necessárias algumas modificações como esquadrias venezianas, telha de barro, inclusão de uma varanda nos apartamentos superiores e a adoção do método construtivo convencional, bem como a adoção do espaço vazio para futuras expansões tanto no apartamento térreo, que poderá ampliar para o fundo do lote como para os apartamentos superiores, onde os moradores que poderão quase que dobrar a área construída, podendo chegar 102 m².

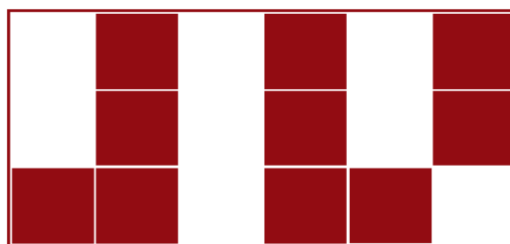


Figura 61: Esquema da proposta multi-familiar

Fonte: Autor, 2017



Figura 62: Plantas baixas da tipologia multi-familiar

Fonte: Autor, 2017

Ambas as tipologias arquitetônicas propostas permitem ao futuro morador ampliar sua moradia, devendo o poder público fornecer o acesso ao lote urbano, e a metade de uma moradia digna, isto é, fornecendo a parte mais dispendiosa desta, podendo a família adicionar novos usos e funções, incluso atividades comerciais e de serviços, gerando aumento da renda familiar e dinamizando a economia popular da comunidade. A expansão dessas tipologias deve ser feita mediante um processo de assistência técnica as famílias, de modo que as alterações não constituam nenhum perigo estrutural a edificação.

4.5. IMAGENS– MAQUETE ELETRÔNICA



Figura 63: Imagens das propostas de habitações unifamiliares

Fonte: Autor, 2017



Figura 64: Imagens das propostas de habitações unifamiliares

Fonte: Autor, 2017



Figura 65: Imagens das propostas de habitações unifamiliares

Fonte: Autor, 2017



Figura 65: Imagens das propostas de habitações multi-familiares

Fonte: Autor, 2017



Figura 66: Imagens das propostas de habitações multi-familiares

Fonte: Autor, 2017



Figura 67: Imagens das propostas de habitações multi-familiares

Fonte: Autor, 2017



Figura 68: Imagens da implantação geral da proposta

Fonte: Autor, 2017



Figura 69: Imagens da implantação geral da proposta

Fonte: Autor, 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão dos assentamentos precários, dentro da urbanização brasileira ganhou uma dimensão tal, que em muitas cidades é uma realidade irreversível para a realidade atual, com tendências de investimentos cada vez menores em habitação e estabilização dos níveis de investimentos públicos em infraestrutura urbana nos níveis atuais, pelas próximas duas décadas, torna, portanto a urbanização de favelas a melhor estratégia de garantir a significativas parcelas da população o acesso à cidade e seus equipamentos sociais.

A arquitetura não pode estar dissociada do urbano e vice-versa, portanto ambos os temas devem ser tratados paralelamente em experiências de urbanização de assentamentos precários, e o enfrentamento a problemática do déficit habitacional, deve ser tratado como um ponto de suma importância, e que necessita de estratégias criativas, portanto o conceito de projeto participativo de meia morada é uma solução moderna, factível e prática, que permite não apenas a construção de mais unidades habitacionais como melhora qualitativamente a concepção de moradia, não limitando as famílias em espaços limitados que podem não atender suas necessidades futuras e não permite o crescimento da renda familiar.

Por fim a ocupação do Marabaixo IV, empiricamente pode ser considerada uma das áreas de maior precariedade em se tratando de infraestrutura urbana na cidade Macapá, um assentamento recente e ainda passível de intervenção, onde parte considerável das matas ciliares ainda não foram totalmente antropisadas, assim como a área de ressaca que a margem ainda não foi ocupada pela população local em busca de moradia. Portanto a proposta deste trabalho é disponibilizar dados e estratégias de habitação e urbanização para um local da cidade que até o presente momento não dispõe de estudos ou projetos de intervenção seja por parte do poder público, como da academia. Proposta esta que também pode ser aplicável a outros locais da capital e do estado.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACRE - Governo do Estado do Acre. **Master Plan – Cidade do Povo**. Rio Branco. 2012. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/home> . Acesso: 27/09/2016.

AMAPÁ – Assembleia Legislativa do Amapá. **Lei Estadual nº 0455**, de 22 de julho de 1999. Diário Oficial. Macapá/AP, 1999. (Lei revogada pela Lei nº 0835/2004).

AMAPÁ – Assembleia Legislativa do Amapá. **Lei Estadual nº 0835**, de 27 de maio de 2004. Diário Oficial. Macapá/AP, 2004.

AMAPÁ – IEPA. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana**, estado do Amapá: Relatório técnico final. Luis Roberto Takiyama. Macapá. IEPA. 2012.

ANDRADE, Luís Aureliano G. Habitação e poder – **Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982.

BASTOS, C. M. **Conflitos ambientais Urbanos em Áreas de Ressaca: Um Estudo da Comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP**. 2006- Dissertação de Mestrado. Brasília - DF. 2006

BUENO, L.M de M. **Projeto e Favela: Metodologia para projetos de urbanização**. São Paulo. FAU-USP. 2000.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Brasília/DF. 2012. Presidência da república – Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso: 30/10/2016.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 4ª Edição, 2ª reimpressão. São Paulo Editora Ática, 2000.

CHAGAS, M.A. (org.). 1997. Anais do Seminário Gestão Ambiental e Municipalização: **Subsídios à Elaboração de Planos de Gestão para Zona Costeira do Amapá**. 115p., Macapá, AP, Brasil.

DAVIS, Mike. **Planet of Slums**. Tradução de Beatriz Medina. Londres. Verso. 2006.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. “Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina”.

IBGE a. **Aglomerados Subnormais Informações Territoriais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

IBGE c. **População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=16&dados=0> Acesso: 14/09/2016.

KEHL, Luís. **Breve história das favelas**. São Paulo. Claridade. 2010.

MACAPÁ. **Lei Complementar Nº 029/2004** – Plano Diretor de Macapá. Prefeitura Municipal de Macapá. Macapá-AP, 2004.

MACAPÁ. **Projeto Habitacional Mucajá**. Prefeitura Municipal de Macapá - Secretaria de Planejamento Urbano. PMM – PLANURB. Macapá-AP, 2012.

MARICATO, Ermínia. MARICATO, Ermínia. “**Conhecer para resolver a cidade ilegal**”. In: Castriota, L.B.(org) *Urbanização Brasileira/ redescobertas*. Belo Horizonte. 2003.

MARICATO, Ermínia. “**Planejamento urbano no brasil: As ideais fora do lugar e o lugar fora das idéias**”, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, 2003.

PECHMAN, Robert M.; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia**. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983.

PORTILHO, Ivone. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. Rio Claro, 2010.

RIO DE JANEIRO. Portal do Governo do Estado. **PAC Comunidade Morro do Alemão – Urbanização**. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036873>
Acesso: 23/09/2016

ROSSIN, Antônio Carlos. **PROSAMIN - Um programa de Inclusão Social no Centro da Amazônia**. Manaus. 2008.

SILVA, M. O. 1989. **Políticas habitacionais brasileiras: verso e reverso**. São Paulo: Cortez.

SILVA, Carlos Rodolfo. **Políticas habitacionais em zonas urbanas: O caso do Conjunto habitacional Vila da barca – Belém**. Rio de Janeiro. 2010.

SILVA, Izanilde Barbosa. **Projeto arquitetônico de habitação de interesse social e propostas de ampliação para residências do Conjunto habitacional Mestre Oscar Santos**. Unifap. Macapá, 2016.

TOSTES, José Alberto e LUZ, Rita Simone. **Planejamento Urbano na Cidade Macapá**. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. 2014.

UN-Habitat. (2003). **Slums of the world: the face of urban poverty in the new millennium?** London: Earthscan. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=1124>
Observatório de favelas (2009). **O que é favela, afinal?**. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf> Acesso: 15/03/2016

SITES CONSULTADOS

<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/03/justica-pede-bloqueio-de-bens-de-waldez-por-compra-irregular-de-area.html> Acesso: 12/05/2016

<http://observatoriodefavelas.org.br/> Acesso: 10/03/2016

<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/estudo-de-caso-prosamim/> Acesso: 15/04/2016

<http://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2014/10/marabaixo-iv-clama-por-infraestrutura.html>
Acesso: 30/05/2016.

<http://unhabitat.org/> Acesso: 25/03/2016

<http://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo> Acesso: 03/05/2016

<http://www.archdaily.com.br/br/01-157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo> Acesso: 03/05/2016

<http://www.archdaily.com.br/br/01-156685/habitacao-villa-verde-slash-elemental> Acesso:
03/05/2016

<http://www.archdaily.com.br/br/01-30335/elemental-monterrey-elemental> Acesso: 03/05/2016

<http://www.archdaily.com.br/br/01-182522/favela-nova-jaguare-setor-3-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo> Acesso: 03/05/2016

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/262162953/andamento-do-processo-n-0001932-4320158030000-agravo-de-instrumento-civel-01-12-2015-do-tjap> Acesso:
10/05/2016

<http://www.viatucuju.com/products/nova-rede-de-distribui%C3%A7%C3%A3o-melhora-qualidade-de-vida-e-impulsiona-comercio-do-marabaixo-iv/> Acesso: 20/05/2016

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOCIO-ECONÔMICO E URBANO

| | |
|-----------------|----------------|
| Nome | Contato |
| | |
| Ocupação | Idade |
| | |

Questionário socioeconômico

| | | |
|---|-----------------------------------|--------------------------------|
| 01 - Sexo | | |
| <input type="checkbox"/> Masculino | <input type="checkbox"/> Feminino | <input type="checkbox"/> Outro |
| 02 - Qual grupo étnico (cor ou raça) você se declara? | | |
| <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Parda ou mestiça <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena | | |

| |
|---|
| 03 – Quantas pessoas moram nesta residência? |
| |
| 04 – Quantas pessoas trabalham? |
| |
| 05 – Qual a renda familiar? |
| <input type="checkbox"/> Menos de 440 Reais <input type="checkbox"/> De 440 a 880 Reais <input type="checkbox"/> De 880 a 1760 Reais |
| <input type="checkbox"/> De 1760 a 2640 Reais <input type="checkbox"/> De 2640 a 3520 Reais <input type="checkbox"/> Mais de 3520 Reais |

| |
|--|
| 06 – Qual seu estado de nascimento? |
| <input type="checkbox"/> Amapá <input type="checkbox"/> Pará <input type="checkbox"/> Maranhão <input type="checkbox"/> Ceará <input type="checkbox"/> Outro (Qual?) |

| |
|--|
| 07 – Qual sua escolaridade? |
| <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |
| 08 – Filhos em idade escolar? Quantos? |
| |
| 09 – Você ou alguém de sua família recebe algum auxílio do governo? Qual? |
| |

QUESTIONÁRIO URBANO

| |
|--|
| 10 – Situação da moradia: |
| <input type="checkbox"/> Casa própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Outros (Qual?) |
| 11 – Que tipo de material a casa foi construída? |
| <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Misto (Alvenaria e Madeira) |

| |
|---|
| 12 – O acesso a casa se dá por meio de: |
| <input type="checkbox"/> Rua asfaltada <input type="checkbox"/> Estrada de terra <input type="checkbox"/> Passarela de madeira <input type="checkbox"/> Outros |
| 13 - Qual o tipo de banheiro em sua residência? |
| <input type="checkbox"/> Vaso Sanitário <input type="checkbox"/> Latrina <input type="checkbox"/> Outros |
| 14 - Os dejetos do banheiro são despejados onde? |
| <input type="checkbox"/> Direto no lago <input type="checkbox"/> Fossa séptica <input type="checkbox"/> Vala <input type="checkbox"/> Outros |
| 15 – Qual a forma é feita o abastecimento de água da sua casa? |
| <input type="checkbox"/> Rede geral de distribuição da CAESA <input type="checkbox"/> Poço artesiano ou amazonas <input type="checkbox"/> Cisternas armazenando água da chuva <input type="checkbox"/> Outro |

| |
|---|
| 16 – Em que região da cidade você trabalha ou estuda? |
| <input type="checkbox"/> Centro <input type="checkbox"/> Zona Sul <input type="checkbox"/> Zona Oeste <input type="checkbox"/> Zona Norte <input type="checkbox"/> Santana <input type="checkbox"/> Outro |
| 17 – Qual o meio de transporte você usa para se deslocar? |
| <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Carro / Moto <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Outro |
| 18 – Quanto tempo em média você demora para chegar ao seu destino diário normalmente? |
| <input type="checkbox"/> Menos de 15 minutos <input type="checkbox"/> De 15 a 30 minutos <input type="checkbox"/> De 30 a 45 minutos <input type="checkbox"/> De 45 minutos a uma hora <input type="checkbox"/> Mais de uma hora |

| |
|--|
| 19 – Que tipo de serviço público você acredita que sua comunidade necessite mais? |
| <input type="checkbox"/> Posto de saúde (UBS) <input type="checkbox"/> Escola <input type="checkbox"/> Creche <input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Local para práticas esportivas <input type="checkbox"/> Centro comunitário <input type="checkbox"/> Mercado ou feira <input type="checkbox"/> Centro cultural <input type="checkbox"/> Delegacia de polícia <input type="checkbox"/> Outros (Qual?) |
| 20 – Que tipo de serviços comerciais você acredite que seu bairro necessite mais? |
| <input type="checkbox"/> Farmácia <input type="checkbox"/> Bancos <input type="checkbox"/> Supermercado <input type="checkbox"/> Material de construção <input type="checkbox"/> Vestuário <input type="checkbox"/> Alimentação <input type="checkbox"/> Móveis <input type="checkbox"/> Outros(Qual?) |
| 21 – Na sua opinião qual é o maior problema enfrentado pela sua comunidade? |
| <input type="checkbox"/> Violência <input type="checkbox"/> Transporte público <input type="checkbox"/> Saneamento básico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Iluminação <input type="checkbox"/> Outros (Qual?) |